

“Plano de formação para intérpretes do património cultural europeu nas zonas rurais”

Rural Heritage

2020-1-ES01-KA202-082577



**RURAL
HERITAGE**

GUIA METODOLÓGICO

“INTÉRPRETE DE PATRIMÓNIO RURAL”

2020 – 2022



Co-funded by the
Erasmus+ Programme
of the European Union

O apoio da Comissão Europeia à produção desta publicação não constitui um aval ao seu conteúdo, que reflete a opinião dos autores, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer utilização que possa ser feita das informações nela contidas.





Projeto RURAL HERITAGE: Plano de formação para intérpretes do património cultural europeu nas zonas rurais. Projeto ERASMUS+: 2020-1-ES01-KA202-082577.

O apoio da Comissão Europeia à produção desta publicação não constitui um aval ao seu conteúdo, que reflete a opinião dos autores, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer utilização que possa ser feita das informações nela contidas.



**RURAL
HERITAGE**

Projeto RURAL HERITAGE: Plano de formação para intérpretes do património cultural europeu nas zonas rurais

Projeto ERASMUS+: 2020-1-ES01-KA202-082577

GUIA METODOLÓGICO

“INTÉRPRETE DE PATRIMÓNIO RURAL”

NOVAS COMPETÊNCIAS & METODOLOGIAS

PRODUTO INTELECTUAL 1 (IO1)

2020 - 2022



Co-funded by the
Erasmus+ Programme
of the European Union

ÍNDICE

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO E CONCEITOS..... | 2 |
| 2. CURRÍCULUM DA NOVA QUALIFICAÇÃO | 8 |
| 2.1. DESCRIÇÃO DO PERFIL PROFISSIONAL..... | 9 |
| 2.1.1. Competência geral..... | 9 |
| 2.1.2. Unidades de competência | 9 |
| 2.1.3. Módulos formativos associados..... | 10 |
| 2.1.4. Áreas de trabalho e funções profissionais | 10 |
| 2.1.5. Área profissional | 12 |
| 2.1.6. Profissões relevantes..... | 12 |
| 2.1.7. Condições de trabalho | 12 |
| 2.1.8. Competências transversais (e características pessoais) | 13 |
| 2.2. DESCRIÇÃO DAS UNIDADES DE COMPETÊNCIA..... | 14 |
| 2.2.1. UNIDADE DE COMPETÊNCIA 1 (UC1): Conceção e desenvolvimento de atividades de interpretação sobre o património rural | 14 |
| 2.2.2. UNIDADE DE COMPETÊNCIA 2 (UC2): Intérprete-guia do património cultural rural tangível e intangível..... | 20 |
| 2.2.3. UNIDADE DE COMPETÊNCIA 3 (UC3): Guia-intérprete do Património Natural e Paisagens Culturais..... | 28 |
| 3 METODOLOGIA: NOVAS METODOLOGIAS PEDAGÓGICAS PARA A FORMAÇÃO EM INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÓNIO RURAL EUROPEU | 36 |
| 3.1. INTRODUÇÃO. PRINCÍPIOS GERAIS..... | 36 |
| 3.2. METODOLOGIA DIDÁTICA NA FORMAÇÃO DE INTÉRPRETES PATRIMONIAIS | 39 |
| 4. GLOSSÁRIO..... | 40 |

1. INTRODUÇÃO E CONCEITOS



**RURAL
HERITAGE**

1 INTRODUÇÃO E CONCEITOS

O investimento em educação e competências é considerado como um ativo estratégico fundamental para o crescimento social e económico, inovação e aumento da produtividade. Os quadros de qualificação desempenham um papel vital na ligação entre os objetivos e o programa de educação. As qualificações são o resultado formal de um processo de avaliação e validação por uma autoridade competente e normalmente assumem a forma de documentos tais como certificados ou diplomas. Determinam que um indivíduo tenha alcançado resultados de aprendizagem de acordo com determinados padrões. O perfil ou norma de qualificação é uma ferramenta de trabalho comum e útil para descrever a qualificação, que ajuda a expressar ideias sobre competências, conhecimentos de competências de uma pessoa após a conclusão da educação, ou seja, fornece uma visão dos resultados de aprendizagem esperados do processo de educação e formação. Os perfis de qualificação são a base para o desenvolvimento de currículos para um ou mais programas.

Comparando descrições de qualificações em toda a Europa, é evidente que existe diversidade de abordagens relativamente a fontes, grau de detalhe, forma e estrutura, bem como falta de uniformidade na definição de resultados de aprendizagem. Ao mesmo tempo, existem semelhanças que nos permitem construir sobre o desenvolvimento do perfil de qualificação transnacional\ de ocupação - nos processos de desenvolvimento de qualificação\ de ocupação, identificação de competências e referência do quadro europeu de Qualificações.

1.1. SOBRE O PROJECTO “RURAL HERITAGE”

O projeto RURAL HERITAGE para a inovação no EFP propõe um plano de formação para apoiar as políticas europeias que procuram fazer do Património Cultural Europeu um fator de desenvolvimento económico e social. O património cultural rural oferece um grande potencial para revitalizar as zonas rurais onde o sector do turismo cultural tem um enorme potencial de crescimento e criação de emprego e existe uma tradição oculta sub-explorada que deve emergir para mostrar o património global da Europa.

Há uma necessidade de intérpretes capazes de desenvolver a utilização turística do património cultural rural, a fim de satisfazer esta procura crescente. O sistema europeu de EFP mostra uma clara necessidade de profissionais de turismo especializados em património cultural rural, especialmente em técnicas de interpretação e comunicação.

Um papel importante nas qualificações profissionais é também desempenhado por competências-chave que moldam o crescimento profissional de um indivíduo e lhe permitem desempenhar vários papéis na sociedade. As competências-chave são indispensáveis, não só para a vida profissional do indivíduo, mas também do ponto de vista do desenvolvimento pessoal, da inclusão no ambiente social mais vasto e da aprendizagem ao longo da vida.

É importante apoiar os professores/formadores de EFP através de novas unidades de competência e metodologias inovadoras para facilitar o conhecimento e as competências para a interpretação do património tangível e intangível nos futuros



profissionais. O projeto desenvolve estratégias ativas e emocionais de ensino-aprendizagem que serão eventualmente úteis para a prática da transmissão do património em atividades turísticas.

Os objetivos do projeto são:

- a) Contribuir para a profissionalização e desenvolvimento económico baseado na utilização do património nas zonas rurais através de um plano de formação e resultados intelectuais concretos que possam ser utilizados por formadores, estudantes e população rural, melhorando o acesso à formação para todos.
- b) Promover a transmissão do património cultural rural europeu e contribuir para melhorar as atuais qualificações profissionais, graças à conceção de novas unidades de competência da "EUROPEAN RURAL HERITAGE INTERPRETER".
- c) Sensibilizar para a importância do património cultural rural a nível local, nacional e europeu e para o seu reconhecimento mútuo, através da prática da interpretação do património nos serviços de turismo.
- d) Incentivar o intercâmbio intercultural e inter-geracional como forma de abordar o património rural europeu.

O projeto visa o envolvimento de grupos-alvo através de uma troca fluida de experiências entre uma rede de partes interessadas e participantes diretos-indiretos. Os principais grupos-alvo do projeto são:

- 1) Pessoas de zonas rurais (jovens e mulheres não qualificadas, trabalhadores desempregados, guias turísticos, empresários, proprietários de hotéis ou empresas de turismo rural, autoridades locais).
- 2) Formadores, professores e estudantes do sector formal e não formal do EFP e da comunidade e autoridades educativas.
- 3) Profissionais relacionados com o turismo, património, educação ambiental, etc. e profissionais do desenvolvimento rural, da administração regional e local, etc.

O projeto cria novas competências profissionais, uma dimensão europeia e metodologias ativas-emocionais que atualmente não existem no EFP, entre outras estratégias inovadoras, todas elas incluídas neste GUIA METODOLÓGICO (produção intelectual 1-IO1) que descreve as novas unidades de competência e a abordagem pedagógica inovadora e cujos principais destinatários são os incluídos no bloco 2 dos grupos-alvo descritos (sector do EFP).

1.2. SOBRE O CONCEITO DE INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÓNIO

O objetivo da interpretação do património (IP) é relativamente recente e pode ser rastreado até meados do século passado com os primeiros teóricos americanos. A interpretação do património, nas suas origens, foi basicamente centrada na parte natural do património, na paisagem natural, e pouco a pouco outros conceitos derivados do ecoturismo ou turismo de natureza, turismo rural e turismo cultural foram acrescentados, até aos dias de hoje, quando vários campos relacionados com o património são cobertos.



De um ponto de vista académico, um dos significados de "interpretação do património" é entendido como a atividade que facilita a apresentação do património aos turistas, aos visitantes e/ou à população em geral, através de diferentes recursos, métodos e técnicas, de modo a gerar no visitante um estímulo dos sentidos e sentimentos em relação ao recurso patrimonial interpretado.

A interpretação, portanto, baseia-se em provas culturais e/ou naturais, materiais ou imateriais, encontradas num determinado local, e procura promover, dinamizar e conservar estes elementos no seu contexto original. Para este fim, o objetivo é sempre a recuperação *in situ* e a maior contextualização possível dos recursos patrimoniais, dando o significado real do objeto ou elemento interpretado.

A Interpretação do Património é um instrumento eficaz para comunicar o significado dos valores patrimoniais, tal como afirmado no Livro Branco sobre a Educação Ambiental em Espanha publicado em 1999 pelo Ministério do Ambiente, um documento que está de acordo com as normas internacionais de Interpretação do Património.

Uma das primeiras personalidades e profissionais que teorizou e lançou as bases da Interpretação do Património foi Freeman Tilden (1883-1980), escritor e jornalista americano, a quem devemos ter presente quando falamos de IH, que entendeu que "a Interpretação é uma atividade educativa que visa revelar significados e inter-relações através da utilização de objetos originais, por contacto direto com o recurso ou por meios ilustrativos, e não apenas para dar informações sobre os factos" definição a que acrescentaríamos do nosso lado ". ... suscitando sensações no espectador, a fim de sensibilizar o público para o valor histórico do elemento interpretado".

Quando falamos da interpretação do património rural, não pretendemos fazer um "ponto de vista e à parte" da IP, mas sim proceder ao estabelecimento de uma metodologia específica para o meio rural e o seu património, que é específica e original para ele. O nosso objetivo é contribuir para lançar as bases da especificidade que merece, em paralelo com a metodologia utilizada na interpretação das paisagens naturais ou de elementos arquitetónicos relevantes do ambiente urbano.

Consideramos que o património rural europeu deve ter o seu próprio espaço e metodologia específica na tarefa de interpretação.

O intérprete do património rural europeu é o profissional que realiza uma ação de mediação entre o turista ou visitante e o significado do recurso rural interpretado, de modo a que os visitantes obtenham uma experiência mais completa e se gere neles uma atitude de empatia e respeito para com o elemento interpretado.

Partilhamos a opinião de que se os visitantes chegarem a compreender a natureza e as características de um lugar de interesse patrimonial, podem desfrutá-lo de forma não destrutiva. Por outro lado, observamos como elementos valiosos do património rural, que não estão sujeitos a instrumentos de protecção (por exemplo, edifícios e casas construídos com métodos, técnicas e materiais tradicionais), acabam por ser destruídos ou danificados pelos próprios proprietários porque não os consideram relevantes. É aqui que o trabalho do Intérprete Europeu do Património Rural pode



desenvolver uma tarefa pedagógica e de sensibilização que, para além de sensibilizar turistas ou visitantes, pode também sensibilizar os proprietários rurais.

"Tendo em conta o número crescente de visitantes, a procura da figura do Intérprete do Património está a aumentar, tanto por parte das administrações públicas como das iniciativas privadas, esta figura é entendida como uma pessoa qualificada para desenvolver mensagens interpretativas. Uma pessoa capaz de utilizar a Interpretação do Património como instrumento de comunicação para que os visitantes de um espaço, lugar ou elemento de interesse patrimonial se interessem pelo património que visitam e desenvolvam atitudes de apreciação e custódia em relação ao mesmo". (Guia de recomendações para a formação não formal em interpretação do património - VI Seminário de Interpretação do Património Natural e Cultural CENEAM, Valsaín-Segovia, 9-11 de Junho de 2011), uma avaliação perfeitamente válida para o Intérprete do Património Rural Europeu.

Fala-se de interpretação há mais de sete décadas, de um ponto de vista académico e de formação, mas muito recentemente começámos a falar da interpretação do património rural de um ponto de vista global, incluindo tradições ou património imaterial, património histórico, património etnográfico e arquitetura popular, paisagens naturais, mas também paisagens antrópicas.

É o momento de abordar, de forma específica, a formação para a interpretação do património rural europeu como marca de identidade, não só para as comunidades locais detentoras desse património, mas para a sociedade europeia no seu conjunto, como garante da proteção e salvaguarda desse património. Há muitos benefícios que estamos convencidos de que esta visão pode trazer; a interpretação do património é um elemento fundamental para o sucesso da conservação do património, pode inspirar os visitantes a criar um sentimento de orgulho individual e comunitário, faz com que os visitantes se preocupem com o património; ao mesmo tempo, a interpretação do património rural será a razão pela qual os visitantes vêm ao sítio do património e ajuda os visitantes a criar a sua própria escolha de formas de experimentar e aprender sobre um sítio e a sua história.

"A interpretação do património é um dos mais importantes desafios para uma gestão moderna do património". É por isso que a tarefa de interpretação deve tornar-se uma parte essencial da conservação do património e ao mesmo tempo contribuir para o dinamismo social e económico do meio rural.

1.3. SOBRE AS PERSPECTIVAS DE QUALIFICAÇÃO E EMPREGO

A atividade proposta nestas Orientações resulta num perfil de qualificação que inclui uma descrição da qualificação: nível de qualificação, âmbito, unidades de aprendizagem partilhadas, etc. Neste contexto, os perfis de qualificação são desenvolvidos para corresponder às futuras qualificações profissionais, de acordo com a nova perspectiva de interpretação da prosperidade do património cultural em vários países europeus, para permitir que as pessoas adquiram qualificações que lhes permitam ter carreiras e progressão na carreira ou formação contínua satisfatórias, e para desenvolver qualificações profissionais de acordo com as disposições dos países envolvidos, mas também para promover princípios de aprendizagem ao longo da vida para outras categorias etárias. O perfil estabelece o número possível de unidades de resultados comuns de aprendizagem.



As profissões no sentido tradicional já não seguem a dinâmica do mercado de trabalho. Em vez disso, expressam a complexidade das tarefas que os trabalhadores são obrigados a desempenhar, algo que está em constante mudança na esfera laboral. O desenvolvimento económico cada vez mais rápido, em particular o desenvolvimento de novas tecnologias e serviços, está a provocar a constante atualização das profissões existentes e o desenvolvimento de novas profissões - ou a atualização e desenvolvimento das qualificações profissionais necessárias para desempenhar uma ocupação ou um conjunto de tarefas dentro de um determinado serviço.

Este produto intelectual, doravante designada IO1, baseia-se nas duas análises da oferta de Qualificações VET e na análise de competências para o perfil de qualificação Intérprete do Património Rural realizada em cada país Parceiro.

O objetivo do guia metodológico das novas competências de Intérprete do Património Rural é estabelecer o quadro para desenvolver novas qualificações ou atualizar as já existentes ao nível do ensino secundário. O guia pretende descrever a estrutura e o âmbito da qualificação profissional e fornece dicas/recomendações para assegurar a adequação de uma qualificação internacional específica.

As qualificações internacionais alimentam no contexto do desenvolvimento e implementação de duas iniciativas europeias: o Quadro Europeu de Qualificações (QEQ) e a classificação europeia de competências, qualificações e profissões (ESCO). O Relatório Conjunto de 2015 do Conselho e da Comissão sobre a implementação do quadro estratégico para a cooperação europeia em matéria de educação e formação (ET 2020) especifica a necessidade de aumentar a transparência, comparabilidade e reconhecimento das competências e qualificações na UE. A fim de realizar estas prioridades, é necessário o intercâmbio de informações sobre indicadores económicos, desenvolvimento técnico, dados socioeconómicos e *know-how* operacional de desenvolvimento de qualificações nacionais. É igualmente importante considerar as estratégias de internacionalização dos países e a lógica da cooperação.

Este guia não pretende ser um manual detalhado para o desenvolvimento da chamada qualificação conjunta completa para Intérprete do Património Rural e é antes orientado para o perfil de ocupação e descrição de competências. Considerando os países individualmente, os quadros de qualificação e as disposições dos organismos reguladores dos processos de desenvolvimento e reconhecimento são diferentes. As diretrizes descrevem alguns princípios gerais e recomendações sobre procedimentos para o desenvolvimento do perfil de ocupação ao nível secundário superior do ensino. O documento também propõe uma estrutura do perfil de ocupação para a ocupação de intérprete do Património Rural. Contém formulários para descrever uma qualificação e forma para as unidades definidas dos resultados da aprendizagem, bem como as competências que são necessárias.



2. CURRICULUM DA NOVA QUALIFICAÇÃO



**RURAL
HERITAGE**

2 CURRÍCULO DA NOVA QUALIFICAÇÃO

2.1. DESCRIÇÃO DO PERFIL PROFISSIONAL

Descrevemos o novo perfil profissional, ou seja, as diferentes tarefas que podem ser preenchidas com a formação profissional, para cuja identificação utilizámos a análise ocupacional e o inventário do conjunto de tarefas que compõem a ocupação, com base nos conhecimentos, aptidões e capacidades necessárias para o seu desenvolvimento.

A identificação dos objetivos do perfil profissional e das suas competências baseia-se também num questionário concebido pelo CPI (como perito parceiro na criação de novos perfis profissionais), respondido por diferentes intervenientes profissionais e experientes envolvidos no tema do projeto e numa análise prévia da oferta de qualificações existentes nos países da parceria.

A seguir incluímos a descrição das principais características do perfil profissional e as competências finais com base nesses resultados. Se o objetivo é a interpretação do património rural tem de ser realizado como algo que vá além da simples apresentação de informação e conhecimento, não há dúvida de que uma certa abordagem comunicativa e um certo sistema de apresentação e gestão de recursos deve ser utilizado.

Titulo: “Guia-intérprete do Património Rural Europeu”

Nível de qualificação: EQF 4

Créditos: 12 (300 horas)

2.1.1. Competência geral

- Realizar atividades para reavaliar o património cultural rural europeu, transformando-o num recurso para o usufruto da população,
- utilizando-o como um recurso turístico e concebendo e desenvolvendo atividades de interpretação do património centradas nas zonas rurais,
- ser capaz de analisar e identificar elementos com potencial interpretativo e a sua comunicação-interpretação ao público visitante através de diferentes meios interpretativos, técnicas e suportes para a interpretação do património, como disciplina e ferramenta para criar algumas experiências agradáveis para os visitantes (facilitando a ligação entre os visitantes e o património rural) e um instrumento de conservação do património rural.

O intérprete-guia do património rural é capaz de acompanhar indivíduos ou grupos em visitas a zonas rurais interpretando, ilustrando e apresentando os valores do seu património cultural e natural e paisagens, de uma forma segura, respeitando a regulamentação aplicável de prevenção de riscos laborais e de segurança para as pessoas como para o ambiente.

2.1.2. Unidades de competência

UC1: Realizar a conceção e desenvolvimento de atividades de interpretação do património nas zonas rurais.

UC2: Guiar e interpretar o património cultural rural tangível e intangível para turistas e visitantes.

UC3: Orientação e interpretação do património natural e das paisagens culturais para turistas e visitantes.



2.1.3. Módulos formativos associados

MÓDULO 1: Conceção e implementação de atividades de interpretação do património em meio rural (75 horas)

MÓDULO 2: Intérprete-guia do património cultural rural tangível e intangível para turistas e visitantes (150 horas)

MÓDULO 3: Intérprete-guia do património natural e das paisagens culturais para turistas e visitantes (75 horas).

2.1.4. Áreas de trabalho e funções profissionais

10

| ÁREAS DE TRABALHO | FUNÇÕES PROFISSIONAIS |
|--|--|
| 1. Análise de informação e identificação de recursos do património rural com potencial interesse | |
| PESQUISA E ANÁLISE DE INFORMAÇÃO | <ul style="list-style-type: none">- Identificação e selecção de fontes de informação precisas sobre o património rural.- Investigação documental e investigação no local em zonas rurais, incluindo conversas com a população local- Pesquisa, selecção e processamento de informação sobre recursos patrimoniais.- Organização, processamento e actualização de informação.- Interacção com os detentores da tradição e utilização de várias fontes de informação na elaboração de um plano de gestão para a interpretação do património cultural. |
| IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS DO PATRIMONIO RURAL POTENCIALMENTE INTERESSANTES | <ul style="list-style-type: none">- Análise dos recursos do património rural (naturais ou culturais).- A identificação de características com potencial interpretativo e interesse formam o ponto de vista do turismo e da conservação do património |
| ANÁLISE DOS GRUPOS-ALVO ESPECÍFICOS | <ul style="list-style-type: none">- Análise da audiência (real e potencial).- Adaptação da informação de acordo com o tipo de público. |
| 2. Design de produtos interpretativos e atividades ou serviços turísticos ligados ao património rural | |
| PRIMEIRO PROCESSO DE INTEPRETAÇÃO | <ul style="list-style-type: none">- Determinação dos significados inerentes mais relevantes dos recursos do património rural- Criação de mensagens interpretativas eficazes, criativas e agradáveis, adaptadas aos grupos-alvo- Seleção de meios interpretativos e meios de comunicação para "conectar" os visitantes com o património rural. |
| CONCEPÇÃO DE ACTIVIDADES E PLANOS DE INTEPRETAÇÃO | <ul style="list-style-type: none">- Seleção de técnicas interpretativas a utilizar- Conceção de atividades ou itinerários turísticos interpretativos- Conceção e apresentação de conteúdos e conhecimentos multimédia das abordagens contemporâneas- Capacidade de utilizar as TIC para a gestão e interpretação do património natural e cultural e distinguir as ferramentas TIC e escolher o software mais adequado para cada actividade planeada- Elaboration of heritage interpretation plans as instruments for sustainable economic development and rural heritage conservation.- Performance of promotional activities to attract visitors |



| 3. Planeamento e organização | |
|---|---|
| PLANEAMENTO/ ORGANIZAÇÃO | <ul style="list-style-type: none"> - Planeamento das atividades organizacionais (programação de horários, logística, financeira, segurança, etc.) para a implementação da interpretação. - Gerir as atividades e serviços financeiros (fixação de preços do serviço incluindo cálculo de custos, impostos, contribuições e outros encargos) e ter em conta o conceito de desenvolvimento sustentável |
| 4. Gestão e implementação de atividades, serviços ou itinerários de interpretação. | |
| DESENVOLVIMENTO DA INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÓNIO COM PESSOAS OU GRUPOS | <ul style="list-style-type: none"> - Recepção e recepção de visitantes, fornecendo instruções de forma clara e precisa - Desenvolvimento de uma interpretação do património que seja agradável, organizada, temática e clara na mensagem. - Interpretar o património rural e outros recursos culturais do ambiente regional e local em itinerários, rotas ou visitas, adaptando-se a diferentes contextos e perfis de tipos de grupos ou individuais. - Garantir a correcta execução da actividade/serviço, criando oportunidades de interpretação. - Apoiar qualquer outra actividade turística ou educativa - Orientar com segurança o grupo durante a actividade, prevenindo e resolvendo conflitos. |
| FORNECER AOS VISITANTES E OUTROS GRUPOS-ALVO MATERIAL DE INFORMAÇÃO E INTERPRETAÇÃO | <ul style="list-style-type: none"> - Criação de espaços de informação, interpretação e promoção - Fornecer informação de interpretação através de diferentes meios de comunicação - Fornecer aos visitantes material interpretativo e promocional - Informação sobre lugares rurais locais ou regionais, eventos, etc. - Checar stocks de materiais e trocá-los entre centros turísticos, de informação ou outros |
| ANÁLISE | <ul style="list-style-type: none"> - Inquéritos e entrevistas aos participantes - Avaliação da actividade |
| 5. Administração e Comunicação | |
| ADMINISTRAÇÃO & TRABALHO ESTATÍSTICO E ANALÍTICO | <ul style="list-style-type: none"> - Arranjo de arquivo - Preparação e gestão de registos - Recolha e monitorização de dados sobre os visitantes - Preparação de dados estatísticos - Formulação e produção de resumos e relatórios escritos oralmente - Aconselhar os visitantes quando decidem sobre produtos ou serviços rurais - Gestão financeira |
| COMUNICAÇÃO COM VISITANTES E ORGANIZAÇÕES TURÍSTICAS E CULTURAIS NUM SENTIDO LATO | <ul style="list-style-type: none"> - Fornecer informações e instruções de uma forma clara e precisa - Manuseamento de queixas e elogios - Dar informações claras e precisas e contactar pessoas - Manutenção de ligações com as fontes de informação e instituições |
| 6. Protecção da saúde e do ambiente/ Controlo de qualidade | |
| GARANTIA DE QUALIDADE | <ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a qualidade do trabalho - Trabalhar de acordo com o Código de Ética no turismo - Seguindo os regulamentos sobre segurança e saúde no trabalho |



2.1.5. Área profissional

Ambiente profissional

O intérprete-guia do património rural desenvolve a sua atividade profissional na área do turismo (como forma de desenvolvimento rural sustentável) dedicado à interpretação do património rural e ao acompanhamento dos turistas; em entidades públicas ou privadas, independentemente da dimensão da empresa, por conta própria ou como empregado, independentemente da sua forma jurídica. Exercem a sua atividade dependendo, quando apropriado, funcionalmente e/ou hierarquicamente, de um superior. A sua atividade profissional está sujeita a regulamentação por parte da administração competente. No desenvolvimento da atividade profissional, os princípios da acessibilidade universal e do desenho ou conceção universal para todas as pessoas são aplicados de acordo com os regulamentos legais.

12

Setores produtivos

Está incluída no setor do turismo, especificamente nos serviços de acompanhamento e interpretação para turistas durante a promoção do património cultural e natural rural.

2.1.6. Profissões relevantes

As profissões e empregos mais relevantes são os seguintes:

- Guia-intérprete do património rural.
- Acompanhamento de pessoas e grupos de visitantes.
- Assistente para a conservação e promoção do património rural.
- Apoio a programas de sensibilização ambiental.
- Representante local de uma agência turística ou outro mediador.
- Assistente de grupos turísticos em alojamento rural ou outros serviços turísticos rurais.

2.1.7. Condições de trabalho

Meios e equipamentos de produção e de trabalho

- Horário de trabalho flexível
- Trabalhar ao ar livre e ambiente fechado
- Balcão de informação com equipamento
- Information technologies
- Recursos e equipamento de escritório (PC, equipamento audiovisual, meios electrónicos, telefone, fotocopiadora, etc.)
- Material de informação promocional
- Meios de transporte
- Equipamentos e instalações culturais, centros de interpretação, edifícios para diferentes usos e instalações em espaços naturais, culturais e turísticos em zonas rurais
- Reproduções e representações de elementos patrimoniais

Produtos, serviços e resultados

- Materiais interpretativos, materiais e informações relevantes sobre o património e outros recursos do turismo rural



- Serviços de interpretação, orientação, assistência e acompanhamento. Desenvolvimento do itinerário, rota, visita ou serviço gerido e supervisionado. Acolhimento, acompanhamento, assistência e orientação de turistas individuais e de grupo.

Materiais e informações utilizados e produzidos

- Todos os tipos de informação, documentação e materiais interpretativos em formato impresso, físico, TIC e online, sobre o património cultural e natural e outros recursos e serviços de turismo rural.
- Demonstrações, resumos, reposts, etc.
- Bibliografia geral e específica. Planos e mapas. Legislação sobre turismo, sobre a conservação do património cultural e natural e sobre o desenvolvimento rural sustentável.
- Documentos derivados da gestão da visita ou do itinerário.
- Manuais de primeiros socorros.
- Protocolos de acção e relatórios estatísticos e de assistência.

2.1.8. Competências transversais (e características pessoais)

- Conduta educada e respeitosa
- Habilidades de comunicação
- Tolerância, paciência e adaptabilidade
- Criatividade
- Bondade, simpatia
- Empatia e inteligência emocional
- Persuasão, auto-confiança
- Auto-independência
- Fiabilidade
- Sentido de responsabilidade
- Envolvimento no ambiente rural
- Aptidões psicológicas e pedagógicas
- Carismático
- Intuição
- Capacidade de gestão de conflitos.
- Técnicas de gestão de grupos
- Liderança
- Capacidade de gestão do risco
- Capacidade de gestão de conflitos



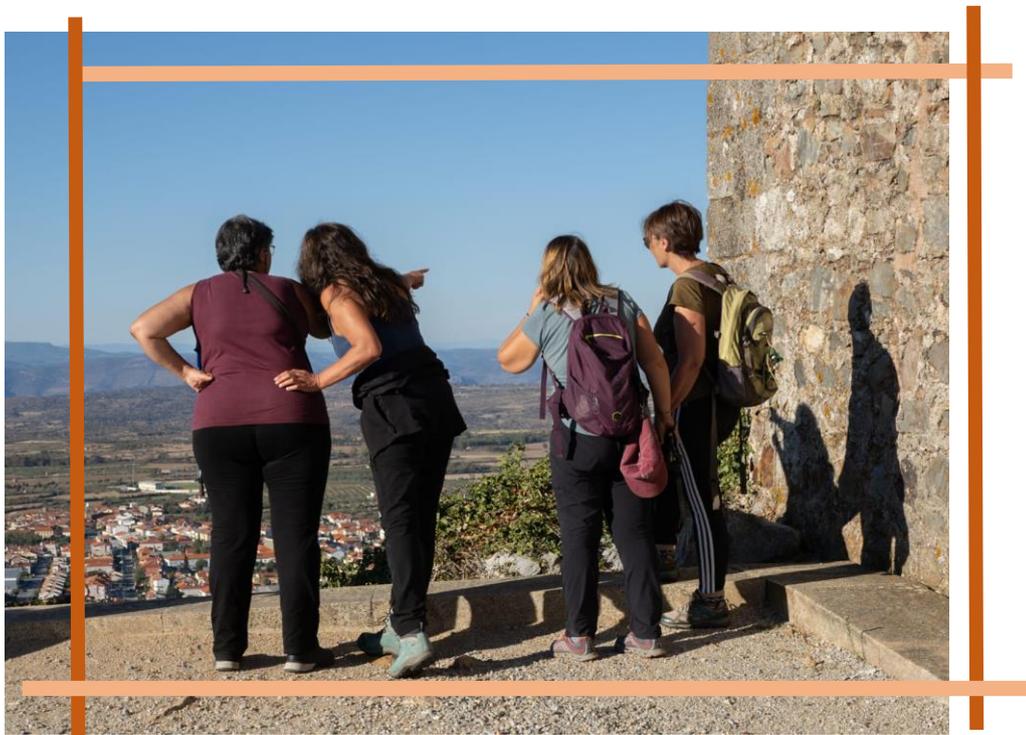
2.2. DESCRIÇÃO DAS UNIDADES DE COMPETÊNCIA

2.2.1. UNIDADE DE COMPETÊNCIA 1 (UC1): Conceção e desenvolvimento de atividades de interpretação sobre o património rural

2.2.1.1. Introdução

A interpretação do património é uma técnica de comunicação estratégica que, através de mensagens compreensíveis e atrativas, procura ligar o público visitante ao recurso patrimonial a ser conhecido, neste caso com o património rural (cultural e natural, tangível e intangível).

O objetivo da interpretação é revelar o significado de um lugar ou elemento patrimonial, numa atmosfera relaxada e agradável, a fim de despertar uma resposta de apreciação e compromisso com a conservação por parte dos visitantes. Pode também ser descrita como a "arte" de comunicar valores patrimoniais in situ a visitantes não especialistas e grupos heterogéneos que visitam o local nos seus tempos livres.



Embora tenha nascido como método de intervenção junto do público visitante em Espaços Naturais Protegidos, foi alargado ao campo do turismo, oferecendo a atracção de aproximar o público de um lugar de uma forma diferente. Portanto, pode também ser utilizado na gestão e conservação do património e no desenvolvimento rural, colocando a população local em contacto com os visitantes através de estratégias em que ambos se tornam protagonistas.

Há três componentes básicos que incluem todas as diferentes aptidões e competências que definem o trabalho dos intérpretes e que devem ser capazes de aplicar com capacidade para criar oportunidades de interpretação: competência no conhecimento do público, competência na utilização das técnicas de interpretação, bem como competência no conhecimento do recurso.



Esta unidade de competência inclui os conhecimentos, aptidões, capacidades e comportamentos essenciais que são necessários para alcançar e os padrões profissionais e conteúdos de formação nestas três componentes básicas que o intérprete deve possuir.

2.2.1.2. Objetivos

A formação do intérprete do património rural proporcionar-lhe-á os conhecimentos, aptidões e capacidades necessárias para tal:

- * Contribuir para revalorizar o património cultural rural, transformando-o num recurso para a fruição da população e utilizando-o como recurso turístico.
- * Conceber e desenvolver atividades de interpretação do património utilizando as possibilidades das zonas rurais.
- * Dominar os procedimentos de análise dos recursos patrimoniais, a identificação dos elementos com potencial interpretativo e o processo da sua comunicação-interpretação ao público visitante através de diferentes produtos, serviços e atividades interpretativas ou meios interpretativos.
- * Utilizar as diferentes técnicas, meios e suportes de comunicação para a interpretação do património como instrumento para criar experiências agradáveis para os visitantes e facilitar uma ligação entre o interesse dos visitantes e os significados do património rural, em geral ou os seus aspetos concretos.
- * Sensibilizar para a importância da interpretação para melhorar e prevenir a perda do património rural e promover atitudes a favor da conservação do lugar específico e do património rural em geral.

15

2.2.1.3. Horas de ensino-aprendizagem

75 Horas

2.2.1.4. Lista de resultados de aprendizagem (= competências finais)

1. Análise de informação e identificação de recursos do património rural com potencial interesse

CONHECIMENTOS:

- Compreender o significado da interpretação do património, o seu contexto, os ambientes para a sua aplicação, e o seu potencial como instrumento de comunicação e de gestão e conservação nas zonas rurais.
- Descobrir como o património rural pode contribuir para a economia sustentável através das atividades de interpretação
- Ter um conhecimento atualizado dos recursos patrimoniais, bem como das fontes documentais e orais e compreender a importância de uma investigação e conhecimento aprofundados do recurso.



- Conhecer os procedimentos para a análise dos recursos patrimoniais, a identificação dos elementos/características com potencial interpretativo, e a determinação dos significados do recurso.

COMPETÊNCIAS:

- Capacidade de investigar e avaliar a fiabilidade e validade das fontes de informação.

ATITUDES:

- Convicção de que o trabalho de interpretação do património rural contribui para melhorar o património rural e promover atitudes favoráveis à sua conservação, bem como para melhorar a qualidade de vida da população local.

2) Conceção de produtos interpretativos e atividades ou serviços turísticos em relação ao património rural

CONHECIMENTOS:

- Conhecer os meios e suportes de interpretação, bem como os critérios de seleção dos meios interpretativos.

COMPETÊNCIAS:

- Ser capaz de aplicar o modelo do processo interpretativo à conceção de produtos ou serviços interpretativos
- Capacidade de análise a fim de definir os elementos com maior potencial interpretativo na área ou território de trabalho.
- Ser capaz de identificar o grupo-alvo
- Capacidade de identificar a ideia chave do lugar, a sua essência, ou "o espírito do lugar", e de a transformar numa mensagem ou ideia em torno da qual um produto interpretativo orbita.
- Habilidade em selecionar e decidir a oportunidade de utilizar vários meios interpretativos, incluindo a sua própria intervenção como guia interpretativo e planeamento interpretativo.
- Capacidade de conceber itinerários interpretativos, painéis, letreiros, etc.
- Identificar, compreender e avaliar fatores, indicadores e normas de qualidade.

ATITUDES:

- Positivismo para a valorização e conservação do património rural.
- Respeito pelos valores culturais tradicionais e pelo património rural.

3. Planeamento/Organização

CONHECIMENTOS:

- Conhecer os procedimentos para o planeamento interpretativo, e saber como desenvolver um plano de interpretação.
- Saber organizar atividades interpretativas e de orientação para diferentes grupos-alvo de acordo com o quadro temporal num campo do património cultural e natural e cooperação com outros interessados, de acordo com os regulamentos locais.
- Saber organizar logística de transporte e garantia de segurança



- Saber como gerir atividades financeiras

COMPETÊNCIAS:

- Capacidade de preparar um plano de trabalho para a interpretação e planeamento das atividades organizacionais (logísticas, financeiras, de segurança, etc.)
- Capacidade de organizar diferentes atividades relativas a temas interpretativos, grupos-alvo.
- Capacidade de organizar atividades logísticas relativas ao enquadramento temporal, transporte, e medidas de segurança.
- Capacidade de gerir atividades e serviços financeiros (fixação de preços do serviço incluindo cálculo de custos, impostos, contribuições e outros encargos) e ter em conta o conceito de desenvolvimento sustentável
- Capacidade de planear e organizar diferentes atividades relativas ao conteúdo, quadro temporal, grupos-alvo e outros atores, incluindo diferentes métodos e abordagens de trabalho e medidas de segurança.
- Capacidade de gerir aspetos financeiros de eventos planeados no contexto da interpretação do património rural

17

4) Gestão e implementação de atividades, serviços ou itinerários de interpretação.

CONHECIMENTOS:

- Conhecer as técnicas interpretativas, bem como os critérios de seleção dos mais adequados.

COMPETÊNCIAS:

- Capacidade de analisar os diferentes tipos de públicos e de aplicar a metodologia essencial de interpretação e técnicas interpretativas para adaptar as mensagens aos diferentes tipos de públicos.
- Capacidade de gerar oportunidades de interpretação e de realizar o processo interpretativo.
- Capacidade de desenvolver mensagens interpretativas poderosas (eficazes) e criativas (divertidas) que "liguem" os interesses do visitante com os significados inerentes ao recurso.
- Capacidade de executar uma variedade de técnicas interpretativas em programas interpretativos, no desenvolvimento e implementação de meios de comunicação social, e em contactos informais.
- Capacidade de avaliar a eficácia da interpretação, tanto na transmissão e assimilação da mensagem interpretativa, como no seu impacto.

ATITUDES:

- Sensibilidade às necessidades, crenças e valores tanto do público-alvo como da população local.
- Empatia com os visitantes



2.2.1.5. Critérios de avaliação

| Área de trabalho (Âmbito da avaliação) | Critérios de avaliação Competências e áreas de conhecimento a serem verificadas | MÉTODOS | PON-TOS |
|--|---|---|------------|
| 1. Análise da informação e identificação dos recursos do património rural | <ul style="list-style-type: none"> - Compreender o conceito de interpretação do património e as suas principais características e enumerar os ambientes a sua aplicação. - Dar exemplos da utilização potencial da IH como instrumento para a conservação do património e o desenvolvimento rural. - Propor ideias sobre a utilização do património rural como um recurso turístico através da interpretação. - Conhecer os valores patrimoniais nas zonas rurais com exemplos. - Debater e dar posições a favor ou contra a utilização da Interpretação para a conservação do património rural, bem como para a melhoria da vida da população local. - Explicar a importância dos valores tradicionais e da sua conservação. - Investigar sobre os recursos utilizando várias fontes de informação. | <ul style="list-style-type: none"> - Por escrito - Implementação ativa | 20 |
| 2. Conceção de produtos interpretativos, atividades e serviços em relação ao património rural | <ul style="list-style-type: none"> - Utilizar o modelo interpretativo e determinar os principais significados para destacar em torno de cada característica interpretativa. - Descrever os principais aspetos a ter em conta na preparação de um plano interpretativo. - Enumerar e descrever os diferentes meios e suportes interpretativos. - Criar mensagens em torno de certos recursos patrimoniais tangíveis e intangíveis para diferentes grupos-alvo. - Identificar os elementos/características naturais e culturais com potencial interpretativo em casos específicos. - Identificar o que poderia ser a "essência ou espírito" de um lugar específico em torno do qual estruturar atividades de interpretação. - Conceber painéis interpretativos sobre casos práticos específicos, em torno de locais ou recursos patrimoniais | <ul style="list-style-type: none"> - Por escrito - Implementação ativa | 30 |
| 3. Planeamento, organização e administração | <ul style="list-style-type: none"> - Preparar um plano de trabalho para a interpretação. - Identificar a principal característica dos grupos-alvo. - Planificar as atividades organizacionais (logísticas, financeiras, de segurança, etc.) para a implementação da interpretação do património - Definir um plano de gestão financeira (fixação de preços do serviço incluindo cálculo de custos, impostos, contribuições e outros encargos) e ter em conta o conceito de desenvolvimento sustentável. - Recolher e monitorizar os dados sobre os visitantes, preparar formulários para recolher dados estatísticos e fazer trabalho analítico - Formular e produzir resumos e relatórios escritos oralmente . | <ul style="list-style-type: none"> - Por escrito - Implementação ativa | 20 |
| 4. Implementação de atividades, serviços ou itinerários de interpretação | <ul style="list-style-type: none"> - Identificar a adequação de uma técnica específica em relação ao recurso, localização, circunstâncias ambientais e audiência. - Decidir os melhores meios interpretativos a utilizar em situações. Implementar tarefas de trabalho. - Desenvolver atividades de interpretação de uma forma eficaz, criativa e divertida, utilizando técnicas de comunicação e mensagens compreensíveis e atrativas, criando experiências agradáveis. | <ul style="list-style-type: none"> - Por escrito - Implementação ativa - Oralmente | 30 |
| Total de pontos | | | 100 |



2.2.1.6. Conteúdos

1. As zonas rurais e o seu património como ambiente para a aplicação da Interpretação do Património. A interpretação do património como um instrumento para:

- O desenvolvimento económico sustentável através do turismo.
- Gestão e conservação do património rural.

2. O que é um intérprete do património?

- Definição e contexto da interpretação do património. Fases na interpretação (documentação e interpretação científica, tradução, e interpretação final na mente do público). Origem e evolução da interpretação do património.
- Características essenciais da interpretação do património: agradável, relevante, organizada, temática ou clara na mensagem.

3. Recursos do património rural.

- Seleção de recursos do património rural com significado e relevância.
- Tipos de recursos:
 - * Recursos do património cultural (património etnográfico, arquitetura tradicional, edifícios tradicionais, património arqueológico, histórico, artístico e cultural, tradições e festivais, museus, etc.).
 - * Recursos do património natural (espaços naturais, paisagens, etc.).
 - * Recursos gerais: contexto geográfico, produtivo, histórico, económico e cultural.

4. Público-alvo para a interpretação:

- Público geral e não cativo (turistas, visitantes).
- Ferramentas metodológicas básicas para a análise dos visitantes (atuais e potenciais).

5. Pesquisa, seleção e processamento de informação sobre recursos patrimoniais:

- Fontes de informação: identificação, discriminação, contraste e seleção.
- Apoios e meios de acesso à informação sobre o património rural.
- Organização, tratamento e atualização da informação. Adaptação da informação de acordo com o tipo de público.

6. Metodologia e técnicas de interpretação como um conjunto de técnicas de comunicação:

- Criação de ligações entre o visitante e o recurso.
- Técnicas de interpretação para a adaptação de mensagens a diferentes públicos e criação de oportunidades de interpretação.

7. Procedimentos para o desenvolvimento de produtos de interpretação:



- Análise do recurso patrimonial (natural ou cultural).
- Identificação de características com potencial interpretativo
- Determinação dos significados do recurso.
- Criação de mensagens interpretativas poderosas (eficazes) e criativas (agradáveis) que "ligam" os visitantes com os significados inerentes aos recursos do património rural.
- Meios e meios de interpretação (pessoais e não-pessoais). Critérios para a seleção de meios interpretativos.

8. Planificação da interpretação do património. Elaboração de planos de interpretação e conceção de atividades interpretativas. Controlo do tempo disponível para a atividade.

20

2.2.2. UNIDADE DE COMPETÊNCIA 2 (UC2): Intérprete-guia do património cultural rural tangível e intangível

2.2.2.1. Introdução

A paisagem rural europeia, natural, paisagística e/ou arquitetónica, pode perfeitamente ser entendida como um objeto histórico de amplo e variado espectro, que tem sido moldado ao longo dos séculos. **O património intangível e as expressões de património tangível andam de mãos dadas e uma não pode ser entendida sem a outra, são paralelas e, na maioria das vezes, interligadas.**



O mundo rural possui um rico património cultural que, felizmente, nas últimas décadas foi valorizado e a sua infinita riqueza foi tida em conta. Todos os elementos que o compõem tornaram-se uma força motriz essencial para o desenvolvimento, dando sentido à evolução das nossas sociedades como um todo e não apenas do mundo rural.

Tanto o património cultural rural tangível como imaterial (arquitetura popular, centros históricos, edifícios religiosos, construções civis, sítios arqueológicos, tradições, festividades, saberes tradicionais, etc.) possuem instrumentos de proteção a nível local, nacional, europeu e mesmo mundial. Precisamos de profissionais que, referindo-se ao meio rural, tenham um conhecimento profundo do mesmo e contribuam para a sua interpretação



sob uma abordagem inovadora e específica para o meio rural, uma vez que a sua idiossincrasia cultural permanece invariável de uma forma muito mais evidente do que no meio urbano.

Compreender um recurso cultural material implica muito mais do que uma transmissão técnica baseada em dados; esta abordagem inovadora e diferenciadora é dada quando, para além do acima referido, introduzimos a filosofia de vida, a língua local ou a tradição oral, para interpretar este elemento do património tangível. A interpretação do património é uma técnica de comunicação estratégica que, através de mensagens compreensíveis e atrativas, procura ligar o público visitante ao recurso patrimonial a conhecer, neste caso com o património rural (cultural e natural, tangível e intangível).

2.2.2.2. Objetivos

A interpretação é um instrumento a ser desenvolvido pelo profissional a fim de aproximar o visitante ou turista, de uma perspectiva sentimental e até espiritual, do património que está a observar.

Para tal, deve ser utilizado um código que seja compreensível para os visitantes, permitindo-lhes ligar-se ao património e ao ambiente, bem como experimentar e compreender o que estão a ver. É por isso que a função ou tarefa de interpretação envolve muito mais do que a simples transmissão de conhecimentos e factos, uma vez que um dos principais objetivos é provocar perceções que conduzam a novas sensações e mesmo refletir sobre sensações ocultas que um visitante inexperiente não teria consciência de sentir.

O principal objetivo esperado da tarefa de interpretação do património cultural rural é que o intérprete seja capaz de gerar novas sensações ou trazer à tona as sensações que ainda estão escondidas no visitante quando este se encontra perante o elemento de património tangível.

A formação do intérprete-guia do património rural tangível e intangível proporcionar-lhe-á os conhecimentos, aptidões e capacidades necessárias para:

1. Relacionar claramente o elemento patrimonial demonstrado com os aspetos mais íntimos e pessoais do visitante através de técnicas que permitam ao intérprete perceber aspetos da personalidade do visitante e utilizar esse conhecimento para provocar emoções.
2. Ter um bom conhecimento do património rural tangível e intangível, mas não ser tentado a oferecer simplesmente informação aos visitantes (o intérprete deve estar convencido de que o ato de interpretar não consiste simplesmente em fornecer informação).
3. Conceber a interpretação do património cultural como mais um, mas muito importante, recurso na promoção do lugar ou território em que se encontra e do objeto apresentado.
4. Gerar sensações provocatórias de modo a agitar a mente do visitante. Isto dará valor acrescentado à ação de interpretação e o visitante irá entendê-la como um valor acrescentado diferenciador.
5. Reconhecer o recurso cultural de uma perspectiva geral, sabendo combinar aspetos culturais e de personalidade da população, da paisagem natural e, obviamente, do próprio elemento cultural tangível.



6. Realizar trabalhos de investigação sobre o próprio território, conhecendo a sua população, a sua história, as suas tradições, incluindo as orais, a sua língua e a sua forma particular de falar, etc.

7. Adaptar-se ao público, conhecendo o público visitante (o seu grupo social, nível cultural, origem geográfica e mesmo a idade), o que lhe permitirá adaptar o discurso e assegurar que o objetivo principal seja alcançado.

8. Verificar quaisquer formalidades a cumprir e autorizações a solicitar, preparar a atividade, planear e material de apoio.

2.2.2.3. Horas de ensino-aprendizagem

150 Horas (75 horas correspondentes ao património tangível e 75 horas ao intangível)

22

2.2.2.4. Lista de resultados de aprendizagem (= competências finais)

Conhecimentos, aptidões e atitudes a serem alcançados, divididos em diferentes âmbitos de trabalho:

1. Identificação e análise de recursos patrimoniais rurais tangíveis com potencial interesse

CONHECIMENTOS:

- Compreender que o desenvolvimento e implementação de atividades de interpretação do património material deve ser parte integrante de um plano global de gestão do património rural.
- Compreender o trabalho de interpretação de um recurso do património rural tangível como um esforço contínuo em termos de investigação e formação sobre esse recurso.
- Estar familiarizado com as características e importância das unidades individuais do património cultural e com a necessidade de aumentar a sensibilização e de preservar e transmitir a tradição cultural rural.
- Ter um conhecimento atualizado dos recursos do património rural (arquitetura popular, centros históricos, edifícios religiosos, construções civis, património industrial, sítios arqueológicos, tradições, festividades, conhecimento popular, etc.)
- Conhecer as fontes documentais e orais de informação e compreender a importância da investigação aprofundada e do conhecimento do recurso.
- Conhecer os procedimentos para a análise dos recursos patrimoniais, a identificação de elementos/características tangíveis/imateriais com potencial interpretativo, e a determinação dos significados do recurso.

COMPETÊNCIAS:

- Capacidade de investigar e avaliar a fiabilidade e validade das fontes de informação.
- Capacidade de utilizar a tradição oral local no trabalho interpretativo e combiná-la com informação científica de uma forma específica que possa causar impacto nos visitantes.
- Capacidade de relacionar os diferentes elementos culturais encontrados no território, bem como a sua tradição e património imaterial.
- Capacidade de identificar e analisar unidades de património selecionadas e detentores de tradições.
-



ATITUDES:

- Convicção de que o trabalho de interpretação do património rural tangível contribui para melhorar o património rural e promover atitudes favoráveis à sua conservação, bem como para melhorar a qualidade de vida da população local.
- Pro-atividade na procura de novas informações sobre o recurso do património tangível, utilizando também a tradição oral como fonte de informação e tendo em conta as informações fornecidas pela população local mais antiga.
- Capacidade de se misturar com a população local, compreender e empatizar com ela.

2) Conceção de produtos interpretativos e atividades ou serviços turísticos em relação ao património rural tangível

CONHECIMENTOS:

- Conhecer as características do território a fim de conceber uma atividade interpretativa de forma adequada às instalações, recursos, meios e características físicas do próprio território.
- Ter um amplo conhecimento das diferentes atividades culturais planeadas no território que possam complementar as atividades interpretativas.
- Saber desenvolver métodos e técnicas de avaliação, com procedimentos específicos para as especificidades dos visitantes e para o elemento interpretado.

COMPETÊNCIAS:

- Competências para definir os elementos tangíveis com maior potencial interpretativo no território rural de trabalho.
- Capacidade de identificar a ideia chave do lugar ou a essência em torno dos elementos do património tangível, e transformá-la na principal mensagem ou ideia de produto interpretativo.
- Capacidade de melhorar a experiência do visitante, o respeito e a compreensão pública do significado do sítio do património cultural, dos seus valores e da importância da sua conservação.
- Capacidade para selecionar e decidir a oportunidade de utilizar vários meios interpretativos, incluindo a sua própria intervenção como guia intérprete
- Capacidade de conceber itinerários interpretativos, painéis, letreiros, etc. e combiná-los com outros recursos públicos ou privados.
- Capacidade de interpretar as conclusões da avaliação feita pelos visitantes.

ATITUDES:

- Positivismo para a valorização e conservação dos diferentes tipos de património rural tangível.
- Respeito pelos valores culturais tradicionais e pelo património rural tangível.
- Empatia com os visitantes
- Atitude positiva sobre as conclusões da avaliação, tanto a atividade interpretativa como o recurso patrimonial.
- Propor e promover infraestruturas que sejam proporcionais e de acordo com o recurso sobre o qual a atividade interpretativa é realizada. Infraestruturas fora do contexto conduzem a uma interpretação deficiente ou inadequada.



3. Planeamento / Organização

CONHECIMENTOS:

- Compreender a importância de atividades de interpretação de planeamento adequadas
- Conhecer os procedimentos para o planeamento interpretativo e saber como desenvolver um plano de interpretação.
- Conhecer os princípios básicos de organização do trabalho a nível de calendário, logística, finanças, marketing, promoção.
- Saber orientar outras atividades ou eventos culturais, tanto para entidades públicas como privadas, que possam contribuir para o desenvolvimento do território e para a promoção do património cultural.
- Saber organizar diferentes atividades turísticas, para diferentes grupos-alvo, de acordo com a calendarização e cooperação com outros intervenientes, de acordo com a regulamentação local
- Saber organizar logística de transporte e garantia de segurança.

COMPETÊNCIAS:

- Capacidade de gerir atividades e serviços financeiros.
- Capacidade de combinar os itinerários e/ou itinerários interpretativos com outras atividades culturais locais.
- Capacidade de considerar o potencial impacto do número de visitantes no valor cultural, características físicas, integridade e ambiente natural do sítio.
- Capacidade de planejar e organizar diferentes atividades relativamente ao quadro temporal, grupos-alvo e outros intervenientes, incluindo diferentes métodos e abordagens de trabalho e medidas de segurança.
- Capacidade de gerir aspetos financeiros de eventos planeados no contexto da interpretação do património rural.
- Capacidade de adaptação às mudanças de último momento.

4) Gestão e implementação de atividades, serviços ou itinerários de interpretação.

CONHECIMENTOS:

- Conceber a interpretação do património rural como um direito, no qual deve participar a multiplicidade dos intervenientes.
- Conhecer as técnicas interpretativas, bem como os critérios de seleção dos mais adequados.

COMPETÊNCIAS:

- Capacidade de identificar as particularidades dos visitantes, podendo classificá-los cultural e demograficamente.
- Capacidade de se adaptar às características dos visitantes, oferecendo percursos alternativos aos habituais ou normalizados, para que o impacto emocional ou sensível no visitante seja maior e, ao mesmo tempo, o impacto no terreno, área física ou elemento patrimonial seja menor.
- Capacidade de desenvolver mensagens eficazes e divertidas que "liguem" os interesses do visitante com o recurso.
- Ser proficiente numa variedade de capacidades de comunicação para as diferentes necessidades de interação das partes interessadas
- Capacidade de interpretar de forma clara e interessante o património cultural rural e de comunicar com outros intervenientes



- Competência para executar uma variedade de técnicas interpretativas em programas interpretativos, no desenvolvimento e implementação de meios de comunicação, e em contactos informais.
- Proporcionar corretamente visitas guiadas interpretativas de alta qualidade (incluindo a sensibilização para a importância de preservar o património cultural) num local selecionado para diferentes grupos-alvo.
- Capacidade de avaliar a eficácia da interpretação, tanto na transmissão e assimilação da mensagem interpretativa, como no seu impacto.
- Capacidade de adaptação às mudanças do último momento.

ATITUDES:

- Pro-atividade na decisão de diferentes vias de circulação de interpretação específica a fim de minimizar os impactos na integridade física do local ou de dinamizar outros espaços menos conhecidos.
- Sensibilidade às necessidades, crenças e valores tanto do público-alvo como da população local.
- Empatia com os visitantes
- Envolvimento em garantir um serviço de interpretação de acordo com todos os públicos e sensibilidades.
- Convencidos de que a tarefa de interpretação do património rural tangível é como um dos primeiros passos para contribuir para a salvaguarda do património.
- Empatia, de um ponto de vista cultural, com o ambiente, tanto com a sua população como com o seu património cultural.

2.2.2.5. Critérios de avaliação

| Área de trabalho (âmbito de avaliação) | Critérios de avaliação Competências e áreas de conhecimento a serem verificadas | MÉTODOS | PON-TOS |
|--|---|--|---------|
| 1. Análise da informação e identificação dos recursos do património cultural material/imaterial | <ul style="list-style-type: none"> - Atualização da informação sobre o recurso interpretativo e seleção das fontes de informação precisas sobre o património cultural rural. - Utilizar os conhecimentos da tradição oral nas ações interpretativas. - Pesquisa, seleção e processamento de informação sobre os recursos patrimoniais. - Organização e processamento da informação. - A identificação de novos exemplos interpretativos constitui o ponto de vista do turismo e da conservação do património. - Analisar a tradição e as tradições intangíveis ligadas ao recurso patrimonial tangível. - Utilizar os dados demográficos e etários para adaptar as atividades interpretativas às particularidades dos visitantes. - Adaptar a informação de acordo com o tipo de público. | <ul style="list-style-type: none"> - Por escrito Implementação ativa | 20 |



| | | | |
|---|--|--|-----------|
| <p>2. Desenho de produtos interpretativos e atividades ou serviços turísticos em relação a heranças rurais culturais</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Criação de mensagens interpretativas eficazes, criativas e agradáveis, adaptadas aos grupos-alvo. - Seleção de meios e meios interpretativos para "ligar" os visitantes ao património rural. - Tomar em consideração as conclusões ao avaliar as atividades interpretativas. - Seleção de diferentes técnicas interpretativas adaptadas às necessidades especiais dos visitantes. - Conceção de atividades turísticas interpretativas ou itinerários para reduzir o impacto no recurso do património rural. - Conceção e apresentação de conteúdos multimédia e conhecimento das abordagens contemporâneas, incluindo as ferramentas TIC. - Considerar a interpretação do património como o primeiro passo para o desenvolvimento económico sustentável e a conservação do património rural. | <p>- Por escritos</p> <p>Implementação ativa</p> | <p>30</p> |
| <p>3. Trabalho de planeamento, organização e administração</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Interact with the holders of the tradition and use various sources of information in the preparation of a plan for cultural heritage interpretation. - Plan organizational activities (time scheduling, logistical and financial, security, etc.) - Adapt the interpretive activities with other local activities related to the rural heritage. - Collect and monitor the data about the visitors, prepare forms to collect statistical data and make analytical work - Formulate and produce summaries and oral-written reports. | <p>- Por escrito</p> <p>Implementação ativa</p> | <p>20</p> |
| <p>4. Implementação de atividades, serviços ou itinerários de uma forma segura</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Fornecer instruções de uma forma clara tendo em consideração os perfis dos visitantes. - Interpretar o património rural tangível, adaptando-se aos diferentes contextos e perfis dos visitantes. - Apoiar qualquer outra atividade turística ou educativa. - Fornecer informação de interpretação através de diferentes meios de comunicação e materiais promocionais. - Recolher informação sobre locais rurais regionais e outros eventos culturais. - Conhecer os regulamentos sobre segurança e saúde no trabalho e proteção ambiental. - Tirar conclusões de inquéritos para avaliar uma atividade. | <p>- Por escrito</p> <p>Implementação ativa</p> <p>- Oralmente</p> | <p>30</p> |
| <p>TOTAL de pontos 100</p> | | | |
| <p>Critérios de aproveitamento: 60 pontos</p> | | | |



2.2.2.6. Conteúdos

1. O património cultural rural tangível e intangível como elementos locais de base:
 - O desenvolvimento económico sustentável através do turismo.
 - A gestão e conservação do património rural.
 - Sensibilização geral sobre a importância do património rural tangível.
2. Em que consiste a interpretação do património rural corpóreo?
 - Os três pilares fundamentais da Interpretação do Património: conhecimento do recurso, conhecimento do público e técnicas de interpretação.
 - Importância do conhecimento do recurso: o património tangível e intangível
 - Criação de ligações entre o visitante e o recurso.
 - Técnicas interpretativas utilizando mensagens personalizadas para diferentes públicos.
3. Recursos do património cultural rural tangível.
 - Definição e contexto do património cultural tangível
 - Características essenciais do património rural tangível.
 - Seleção de recursos do património rural com significado e relevância.
 - Tipos de recursos:
 - * Património arqueológico e monumental em zonas rurais (Edifícios, monumentos, pontes, castelos, igrejas, eremitérios, sítios arqueológicos, conjuntos históricos, etc.)
 - * Arquitetura popular (aldeias, casas, adegas, pombais, quintas, etc.) e artesanato tradicional.
 - * Museus etnográficos
 - * Património industrial nas zonas rurais (minas, armazéns, fábricas antigas, moinho, etc.)
 - Exemplos do património rural tangível europeu.
4. Recursos intangíveis do património cultural rural.
 - Definição e contexto do património cultural incorpóreo
 - Características essenciais do património rural intangível.
 - Seleção de recursos do património rural com significado e relevância.
 - Tipos de recursos:
 - * Tradições, costumes e usos sociais.
 - * Rituais e atos festivos.
 - * Danças e música tradicional. Tradições cantadas.
 - * Jogos e desportos tradicionais.
 - * Expressões orais e línguas
 - * Lendas, histórias, mitos, etc.
 - * Conhecimentos e usos relacionados com a natureza e o universo.
 - Exemplos do património rural intangível europeu.



5. Níveis de proteção do património cultural material/imaterial:

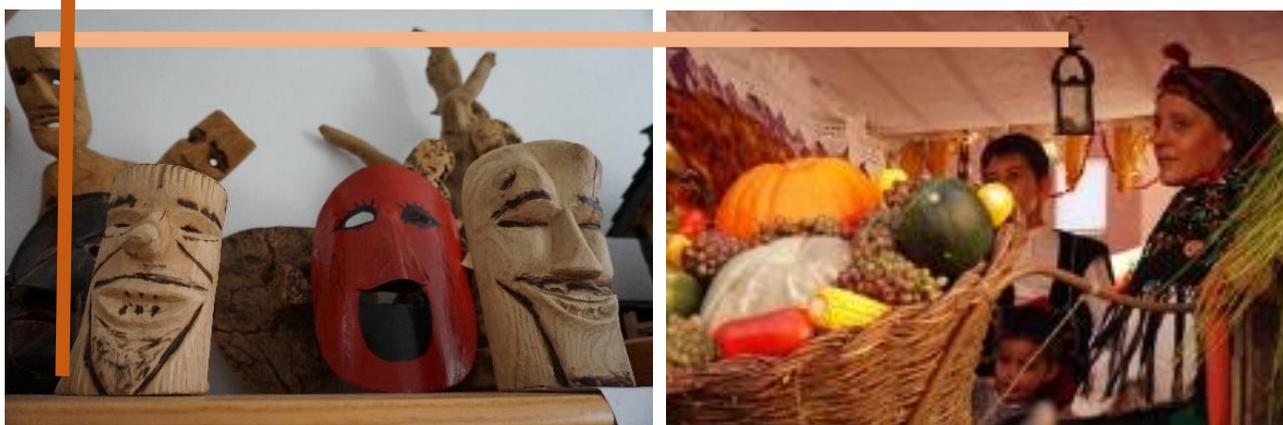
- Sítios do Património Mundial da UNESCO
- Europeu, nacional, regional e local

6. Pesquisa, seleção e processamento de informação sobre recursos patrimoniais:

- Fontes de informação: identificação, discriminação, contraste e seleção.
- Apoio e meios de acesso à informação sobre o património rural material.
- Organização, tratamento e atualização da informação. Adaptação da informação de acordo com o tipo de público.

7. Desenvolvimento de produtos de interpretação:

- Análise dos recursos potenciais do património rural tangível.
- Criação de mensagens interpretativas poderosas (eficazes) e criativas (agradáveis) que "ligam" os visitantes com os significados inerentes aos recursos do património rural.
- Meios e meios de interpretação (pessoais e não-pessoais). Critérios para a seleção de meios interpretativos.
- Avaliação dos programas e serviços interpretativos



2.2.3. UNIDADE DE COMPETÊNCIA 3 (UC3): Guia-intérprete do Património Natural e Paisagens Culturais.

2.2.3.1. Introdução

O guia-intérprete do Património Natural e Paisagem Cultural é uma figura profissional do sector turístico que se encarrega de apresentar aos visitantes as características naturais essenciais da área e os seus principais elementos de interesse cultural relacionados, revelando o significado de um território, paisagem ou elemento específico, num ambiente descontraído e agradável. O guia acompanha indivíduos ou grupos em visitas a áreas de interesse ambiental, ilustrando os seus aspetos naturais, antrópicos, culturais e paisagísticos e as suas peculiaridades.

Os guias realizam as suas atividades em áreas protegidas e não protegidas, e as suas principais tarefas vão desde o acompanhamento de pessoas na natureza, à interpretação do local, à divulgação de informação, à realização de atividades de educação ambiental e cultural. Mais especificamente, um Guia Intérprete do Património Natural e Paisagens Culturais é alguém que, como parte da sua atividade profissional, acompanha com segurança indivíduos ou grupos para explorar e conhecer ambientes naturais e artificiais a



pé ou por outros meios de transporte, fornecendo a assistência técnica necessária e realizando a interpretação do património (interpretação ambiental, cultural ou paisagística).



A atividade profissional inclui a identificação, descrição e interpretação dos aspetos ambientais, naturais, antropológicos e culturais de um determinado território com peculiaridades naturalistas, eco-ambientais, etnológicas, patrimoniais e/ou paisagísticas. O objetivo final é fazer com que os visitantes descubram os elementos e características naturais, as relações ecológicas, os

aspetos históricos e culturais, as tradições e a atratividade paisagística de um território, e fornecer elementos de sustentabilidade e educação ambiental e cultural.

O trabalho do intérprete de Património Natural e Paisagens Culturais centra-se de forma especial na interpretação das paisagens, onde as inter-relações entre os dois aspetos, natural e cultural ou feito pelo homem, podem ser claramente apreciadas, bem como a forma como as pessoas modificaram a paisagem, criando as chamadas "paisagens culturais".

O guia tem um conhecimento profundo da sua área com particular referência aos seus aspetos naturais e culturais, a fim de identificar e preparar itinerários de interesse para os visitantes.

O guia-intérprete procura combinar a atratividade cultural de uma área com a atratividade natural, oferecendo caminhos interpretativos destinados a aprofundar o conhecimento da identidade local, tanto do ponto de vista cultural como naturalista.

2.2.3.2. Objetivos

A formação do intérprete-guia do património natural e da paisagem cultural proporcionar-lhe-á os conhecimentos, aptidões e capacidades necessárias para:

- Contribuir para a valorização e conservação de um território, com especial destaque para os seus elementos ou características naturais.
- Conceber e desenvolver atividades de interpretação do património e itinerários de interesse natural e cultural, identificando o local ou o itinerário com base nas características territoriais e no seu património, bem como nas necessidades dos visitantes.
- Acompanhar os visitantes em excursões, prestando a assistência necessária a indivíduos e grupos e ilustrando os aspetos naturais e culturais do território.
- Verificar as formalidades a cumprir e as autorizações a solicitar, preparar o programa e os materiais de apoio.
- Aumentar o conhecimento e a sensibilização dos visitantes através da interpretação das características naturais e culturais do território para eles.



- Contribuir para o desenvolvimento de um território atraindo mais visitantes curiosos em saber mais sobre os seus aspetos naturais e culturais.
- Interpretar a paisagem, onde as inter-relações entre os aspetos naturais e culturais ou os aspetos criados pelo homem podem ser apreciadas, bem como a forma como as pessoas modificaram a paisagem, criando as chamadas "paisagens culturais".

2.2.3.3. Horas de ensino-aprendizagem

75 Horas

30

2.2.3.4. Lista de resultados de aprendizagem (=Competências finais)

Conhecimentos, aptidões e atitudes a serem alcançados, divididos em diferentes âmbitos de trabalho:

1. Identificar e analisar as atrações naturalistas e paisagísticas.

CONHECIMENTOS

- Saber analisar e identificar os principais elementos do Património Natural e Paisagens Culturais de um território.
- Conhecimentos sobre Parques Naturais, Reservas Naturais, Geo-sítios e outras áreas naturais protegidas, planos paisagísticos e estratégias para a conservação da biodiversidade.
- Compreender os sinais na paisagem dos processos naturais e também da modificação da paisagem devido às atividades humanas

COMPETÊNCIAS

- Identificar os elementos-chave/características de um lugar.
- Identificar as atrações patrimoniais de um território que podem ser correlacionadas com os caminhos naturais e ambientais, a fim de aprofundar o conhecimento dos elementos da identidade local não só do ponto de vista naturalista mas também histórico e cultural.
- Identificar os elementos/características-chave de um lugar e ser capaz de os comunicar.
- Analisar e descrever o património natural e as paisagens culturais de um território.
- Pesquisar e analisar competências em relação ao património natural e às paisagens de um território.
- Conhecer e analisar o contexto natural de um território.
- Ser capaz de interpretar a paisagem como resultado de processos naturais e humanos.



ATITUDES

- Ser condenado pelo valor da interpretação para a valorização do território.

2. Atividades/serviços interpretativos de design em relação ao património natural e à paisagem.

CONHECIMENTOS

- Conhecer as bases de interpretação, com especial enfoque no património natural e paisagístico.
- Conhecer as técnicas e metodologias de organização de trilhos turísticos.
- Conhecer as teorias e técnicas turísticas para a elaboração de um itinerário e planeamento de excursões.
- Compreender o valor e o potencial da interpretação em relação ao desenvolvimento de um território.

31

COMPETÊNCIAS

- Competências de análise para identificar e definir os elementos com maior potencial interpretativo e a essência de um território ou lugar natural
- Capacidade de criar uma mensagem ou ideia em torno da qual a actividade ou itinerário irá orbitar.
- Capacidade de conceber itinerários ou atividades interpretativas, incluindo os processos e serviços necessários para a sua realização.
- Capacidade de analisar atividades de apoio e utilizar ferramentas e metodologias de gestão de risco.
- Ser capaz de compreender e falar a diferentes alvos com diferentes necessidades e expectativas.
- Identificar, compreender e avaliar fatores, indicadores e padrões de qualidade.

ATITUDES

- Atenção e sensibilidade às necessidades do alvo (visitantes) e da população local.

3. Planear, organizar e gerir uma atividade/serviço guia.

CONHECIMENTOS

- Conhecer os princípios de planeamento de atividades em relação à natureza e à interpretação cultural de um território.
- Saber planear, organizar e monitorizar atividades para diferentes grupos-alvo de acordo com o quadro temporal num campo do património natural
- Sabe como organizar a logística de transporte se necessário e garantia de segurança
- Saber como gerir atividades financeiras
- Conhecer os recursos logísticos: equipamento e ambiente de trabalho

COMPETÊNCIAS

- Planeamento e monitorização da atividade.



- Planeamento da capacidade de trilhos turísticos com base no tipo de utilizadores do serviço.
- Saber como verificar a viabilidade da atividade.
- Capacidade de identificar equipamentos e materiais e avaliar a sua adequação.
- Selecionar e aplicar indicadores de controlo para a qualidade das atividades turísticas.

ATITUDES

- Pro-atividade no desenvolvimento de novos projetos ou participação em projetos já existentes relacionados com a interpretação natural/cultural.

4. A correta execução da atividade/serviço interpretativo e a orientação segura do grupo

CONHECIMENTOS

- Conhecer os princípios da execução de atividades de sucesso em relação à natureza e à interpretação paisagística de um território.
- Saiba como utilizar técnicas e metodologias de organização de trilhos turísticos.
- Conhecer as técnicas de interpretação paisagística.
- Produção e prestação do serviço.
- Compreender a cartografia, topografia e técnicas de orientação.
- Conhecer as teorias e técnicas de caminhadas.
- Ter algumas noções de Botânica, Zoologia, Ecologia, Biodiversidade, Proteção Ambiental e Geografia Antrópica do território de referência e de Meteorologia e Clima (com o objetivo de compreender situações potencialmente perigosas e medidas de segurança).

COMPETÊNCIAS

- Ser capaz de utilizar diferentes ferramentas e metodologias interpretativas (digitais, físicas, etc.) para se envolver positivamente com as pessoas.
- Desenvolvimento da atividade interpretativa, assistência aos utilizadores e gestão de qualquer acontecimento imprevisto.
- Capacidade de adaptar e modificar racionalmente a atividade com base em acontecimentos imprevistos.
- Capacidade de utilizar a cartografia, topografia e orientação.
- Habilidade de cumprir prazos e horários
- Gestão de ferramentas e metodologias de gestão de risco, segurança e relacionamento dos visitantes e gestão de conflitos.
- Capacidade de comunicar em relação às diferentes características, tipos e expectativas dos visitantes.
- Capacidade de liderar o grupo, mesmo em caso de eventos imprevistos.
- Capacidade de avaliar as capacidades psicofísicas dos utilizadores e gerir o risco de acordo com o tipo de visitantes e com o contexto.
- Capacidade de organizar salvamentos com serviços competentes e disponíveis no território.



2.2.3.5. Critérios de avaliação

| Áreas de trabalho (Âmbitos da avaliação) | Critérios de avaliação Competências e áreas de conhecimento a serem verificadas | MÉTODOS | PONTOS |
|---|--|---|------------|
| 1. Analisar e identificar recursos/Conceber atividades interpretativas do património natural e das paisagens | <ul style="list-style-type: none"> - Identificar os principais elementos culturais e naturais de um território a serem potencialmente incluídos em futuras atividades interpretativas. - Mapear as atrações/atividades naturais/culturais de um território e identificar e descrever as suas principais características. - Apresentar uma lista de possíveis atividades/ações a implementar no futuro relacionadas com a interpretação natural/cultural. - Propor uma rota que inclua atrações/atividades naturais e culturais de um território. | <ul style="list-style-type: none"> - Por escrito - Implementação ativa | 40 |
| 2. Planeamento, organização e administração | <ul style="list-style-type: none"> - Explicar como os diferentes intervenientes de um território interagem e como podem trabalhar com sucesso numa rede. - Desenvolver um plano operacional para uma atividade interpretativa (objetivos, público-alvo, recursos necessários, etc.). - Identificar diferentes ferramentas/metodologias a utilizar durante uma atividade interpretativa. - Conceber diferentes formas de transmitir a mesma mensagem a diferentes grupos-alvo (crianças, jovens, adultos, etc. ...). | <ul style="list-style-type: none"> - Por escrito - Implementação ativa | 40 |
| 3. Execução, comunicação e orientação segura | <ul style="list-style-type: none"> - Transmitir eficazmente a importância do lugar e a conservação dos elementos naturais e culturais de um território. - Explicar eficazmente como o trabalho interpretativo pode ter impacto na conservação e desenvolvimento do território. | <ul style="list-style-type: none"> - Por escrito - Implementação ativa - Oralmente | 20 |
| TOTAL de pontos | | | 100 |
| Critérios de avaliação: 60 pontos | | | |



2.2.4.6. Conteúdos

1. Princípios e conhecimentos gerais
 - a. Princípios de conservação e desenvolvimento do território
 - b. Os interessados de um território: quem são, o que querem e como se relacionam.
 - c. Princípios de educação ambiental e interpretação do património.
2. Património Natural e Recursos Paisagísticos Culturais:
 - a. Tipos de áreas naturais protegidas (Parques, Reservas Naturais, Geo-sítios) e a sua gestão e conservação. Estratégias para a Biodiversidade.
 - b. Tipos de paisagens. Paisagens culturais: definição, exemplos, etc.
 - c. A prática interpretativa e as diferentes atividades interpretativas relacionadas com o património natural e a paisagem cultural.
 - d. A interpretação da paisagem. As técnicas.
 - e. A seleção de recursos do património rural com significado e relevância.
 - f. Noções de Botânica, Zoologia e Geografia Antrópica, Ecologia, Biodiversidade, etc.
 - g. Elementos de meteorologia, cartografia, topografia e técnicas de orientação.
3. Como conceber uma atividade interpretativa de sucesso
 - a. Diferentes perfis-alvo, necessidades e expectativas
 - b. Ferramentas e metodologias para se envolver com sucesso com as pessoas
 - c. Controlo de qualidade da atividade
 - d. Conceção de caminhos interpretativos, rotas ou itinerários do património natural.
 - e. Percursos e sinais.
4. Planeamento e monitorização da atividade.
 - a. Equipamento para excursões (classificação, gestão e manutenção).
 - b. Fatores (dimensões) e indicadores de qualidade.
 - c. Planeamento de Excursões.
5. Desenvolvimento de itinerários e outras atividades
 - a. Princípios de execução de atividades bem-sucedidas em relação à natureza e à interpretação paisagística de um território.
 - b. Comunicação.
 - c. Técnicas de gestão de grupos e técnicas de gestão de conflitos.
 - d. Gestão de riscos. Os riscos das caminhadas e a proteção da pessoa. Elementos de meteorologia e clima (destinados a compreender situações potencialmente perigosas e medidas de segurança). Serviços e autoridades competentes em caso de acidentes ou doenças.
6. Boas práticas
 - a. Exemplos de melhores práticas de atividades interpretativas relacionadas com o património natural e a paisagem cultural.



3. METODOLOGIA



**RURAL
HERITAGE**

3 METODOLOGIA: NOVAS METODOLOGIAS PEDAGÓGICAS PARA A FORMAÇÃO EM INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÓNIO RURAL EUROPEU

3.1. INTRODUÇÃO. PRINCÍPIOS GERAIS

A *abordagem pedagógica* proposta pelo projeto RURAL HERITAGE, baseada num envolvimento prático e emocional do estudante e na dinâmica de trabalho da própria interpretação do património, é uma das razões pelas quais o projeto é inovador, bem como para a criação de novas competências profissionais na interpretação do património rural.

36

Embora a interpretação do património tenha sido desenvolvida durante anos, a sua formação prática e especializada não está incluída de forma suficientemente profunda na oferta de qualificações profissionais em turismo e educação ambiental existente nos diferentes países europeus.

RURAL HERITAGE visa criar competências profissionais para especialistas em interpretação do património rural e proporcionar uma dimensão europeia que não existe na oferta existente de qualificações.

O projeto visa complementar a oferta de formação atual, desenvolvendo a formação em práticas e técnicas de interpretação do património rural, bem como o enorme valor cultural potencial do ambiente rural e a diversidade do património material e imaterial de diferentes regiões e países europeus, como ponto de interação para sociedades inclusivas, coesas e sustentáveis.

Princípios básicos de ação metodológica/didática

Como importantes orientações metodológicas a aplicar, enumeramos abaixo uma série de princípios gerais a ter em conta no desenvolvimento dos programas didáticos dos diferentes módulos de formação, que se baseiam em grande parte na aplicação na sala de aula dos mesmos fundamentos sobre os quais se baseará a prática profissional de interpretação:

- * Adaptação ao público-alvo, neste caso os estudantes, com base no conhecimento prévio do grupo.
- * Consideração dos conhecimentos prévios dos estudantes como ponto de partida para a aquisição de novas aprendizagens e adaptação do processo de formação às características dos estudantes.
- * Ligação da aprendizagem dos estudantes com a realidade do seu próprio ambiente com o objetivo de alcançar uma aprendizagem baseada na competência.
- * Criação de um ambiente agradável e de confiança que encoraje a participação ativa do grupo no contexto da formação.
- * O processo ensino-aprendizagem deve ser divertido, esclarecedor, inspirador e provocativo, desenvolvendo atividades didáticas que despertem curiosidade, autodescoberta, criatividade e um espírito crítico.
- * Formação ativa e participativa baseada em experiências e experiências, com o maior contacto direto possível com o meio ambiente, neste caso o meio rural e o seu património natural e cultural.



- * Aprendizagem baseada na competência, tentando aplicar a teoria à prática.
- * Utilização das novas tecnologias de informação e comunicação como recurso pedagógico e como meio de pesquisa e seleção de informação e atualização de conhecimentos.
- * Variedade em atividades e instrumentos de avaliação, utilizando-os como parte do processo de aprendizagem.
- * Abordagem da diversidade cultural do património rural europeu, bem como da identidade cultural comum, promovendo o respeito e a integração social.

É importante não esquecer os **objetivos das atividades de formação** para futuros intérpretes-guia do património, que a seguir se resumem, antes de passar em revista a metodologia utilizada para responder a estes desafios.

A formação em interpretação do património tem basicamente como objetivo facilitar e formar o especialista em interpretação do património rural:

- Uma compreensão do significado da interpretação do património, do seu contexto, dos cenários para a sua aplicação, e do seu potencial como instrumento de comunicação e de gestão no local.
- Domínio de ferramentas metodológicas para a análise do visitante (real e potencial).
- A análise do recurso patrimonial (natural ou cultural), a identificação das características com potencial interpretativo, e a determinação dos significados do recurso.
- A utilização de metodologia e técnicas interpretativas essenciais para adaptar mensagens a diferentes tipos de público, selecionar os meios interpretativos mais apropriados e, finalmente, planear e avaliar intervenções interpretativas.

Os três pilares da interpretação do património que a metodologia irá promover

Quando um intérprete-guia desenvolve a interpretação, há três aspectos que devem ser aplicados com capacidade, pelo que as três competências básicas que definem o trabalho dos intérpretes e que foram validadas para utilização em normas profissionais devem ser encorajadas pela metodologia de ensino implementada.



Quando os futuros intérpretes-guia desenvolverem a interpretação, os três aspetos devem ser aplicados com capacidade. Estes três grupos básicos de competências que definem o trabalho dos intérpretes devem ser promovidos através das metodologias de ensino utilizadas nas normas profissionais.



1) Competência no conhecimento do recurso

O conhecimento do recurso é a base sobre a qual todo o resto do processo interpretativo é construído. As mensagens que os intérpretes elaboram e transmitem são uma síntese desse conhecimento, a ponta do iceberg de tudo o que o intérprete conhece. Recordemos um dos princípios principais da interpretação: a interpretação é revelação baseada na informação, mas a informação por si só não é interpretação (segundo princípio de Freeman Tilden, 2006).

Se os intérpretes têm de traduzir corretamente o significado dos recursos patrimoniais num local, devem ter conhecimento suficiente desses recursos para poderem falar claramente. O trabalho dos intérpretes é facilitar uma ligação entre o interesse dos visitantes e os significados do recurso - uma tarefa impossível sem um conhecimento sólido e preciso do recurso.

A interpretação baseia-se em conhecimentos multidisciplinares para fornecer a diferentes públicos ligações relevantes e significativas aos recursos patrimoniais. O conhecimento da diversidade cultural do património rural europeu, bem como da identidade cultural comum, é essencial, promovendo o respeito e a integração social.

Os intérpretes devem compreender múltiplos pontos de vista sobre o recurso, bem como as condições passadas e atuais do local e possuir as competências necessárias para os interpretar para todos os visitantes. Os intérpretes devem fazer com que o público compreenda muitas opiniões e perspectivas sobre cada questão e encorajar os visitantes a ver os recursos de diferentes perspectivas, daí a importância de uma metodologia que reforce o espírito crítico.

A metodologia utilizada para ensinar a interpretação do património promoverá a investigação aprofundada e o conhecimento do recurso (atualizado, preciso e compreensível) utilizando a filosofia, metodologia e pressupostos das disciplinas profissionais para investigar e avaliar a fiabilidade e validade das fontes de informação.

2) Competência no conhecimento do público

Para desenvolver uma interpretação relevante para diferentes públicos, é necessário o conhecimento das suas características, interesses, expectativas e pontos de vista múltiplos. O conhecimento das fases da vida, incluindo diferentes formas de aprendizagem do público e desenvolvimento funcional entre diferentes membros do público, é fundamental para satisfazer as variadas expectativas e interesses deste público. Compreender as muitas motivações para visitar um local de valor patrimonial e estar consciente das atitudes que os visitantes têm sobre o recurso podem ser elementos muito importantes para tornar a interpretação relevante para o maior número possível de visitantes.

Todas as audiências que queiram visitar ou ler sobre um sítio procuram algo de valor para si próprias. Eles esperam algo de especial. Muitos têm um sentido pessoal do que o

Os intérpretes devem reconhecer e respeitar os valores e interesses pessoais específicos que os visitantes associam aos recursos.

3) Competência na utilização de técnicas apropriadas

A interpretação tem uma grande variedade de técnicas, tais como técnicas interpretativas.

Há muitas técnicas interpretativas tais como: contar histórias, mencionar textos importantes, desenvolvimento de atividades práticas, uso do humor, uso da imaginação, comparações e analogias, ironia, demonstrações, mistério, personificação de elementos, uso dos sentidos,



estratégia de perguntas e respostas, debates, provérbios, passando do particular ao geral, etc.

Executar habilmente esta variedade de técnicas interpretativas é essencial e é por isso que a metodologia didática irá pô-las em prática. Qualquer que seja a técnica selecionada, todas elas devem ser motivadoras, provocadoras de pensamento, participativas, emocionais, etc.

3.2. METODOLOGIA DIDÁTICA NA FORMAÇÃO DE INTÉRPRETES PATRIMONIAIS

Os *métodos de ensino-aprendizagem* propostos baseiam-se em metodologias ativas, criativas e emocionais que colocam o estudante no centro do processo e, por outro lado, como acima mencionado, na implementação das técnicas de interpretação do património e de educação ambiental, que são particularmente úteis para a formação em transmissão do património.

Podemos estruturar a metodologia didática em dois blocos independentes que, por sua vez, se inter-relacionam entre si:

1) APLICAÇÃO DE TÉCNICAS E MÉTODOS PRÓPRIOS DE INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÓNIO:

As técnicas de ensino utilizadas para a formação de futuros intérpretes basear-se-ão nos seguintes princípios inspiradores de interpretação do património (de acordo com os princípios de Tilden e, anos mais tarde, Larry Beck e Ted Cable no seu trabalho "Interpretação para o Século XXI - Quinze Princípios Orientadores para Interpretar a Natureza e a Cultura", publicado em 1998):

- Procurarão ir além da transmissão de conhecimento e informação, procurando revelar significados mais profundos, bem como educar, inspirar e provocar o aprendiz.
- Sensibilização e intervenção no ambiente. É proposta uma aprendizagem orientada para a ação, pondo em jogo conhecimentos, competências e atitudes pessoais, ou seja, os elementos que compõem as diferentes competências que permitirão uma intervenção ética e crítica na interpretação, utilização, fruição e conservação do património cultural.
- Consideração do património rural desde uma conceção integradora, ajudando a estabelecer relações entre o conhecimento do património e a sua gestão e conservação.
- Combinando métodos tradicionais de ensino com propostas inovadoras que geram ambientes de aprendizagem que enriquecem o processo de formação, tendo em conta as possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias de informação e comunicação. Embora as novas tecnologias possam revelar o mundo de formas novas e estimulantes, a sua incorporação em programas interpretativos deve ser feita com moderação.
- Os diferentes tópicos serão apresentados numa abordagem abrangente aplicando técnicas de comunicação e interpretação e promovendo atividades e programas interpretativos propositadamente concebidos. Antes da aplicação de desenhos interpretativos, serão introduzidas e postas em prática técnicas básicas de comunicação. A interpretação de qualidade baseia-se nas capacidades de comunicação e conhecimentos do intérprete e estes atributos devem ser desenvolvidos (e terão de ser continuamente atualizados e encorajados).



- A paixão, como ingrediente indispensável para uma interpretação eficaz (paixão pela característica que está a ser interpretada e por aqueles que se venham a inspirar nela) será também um elemento fundamental no processo de ensino-aprendizagem.

O **método TORA** é uma parte central essencial da formação de intérpretes. É um modelo básico que se tornou uma espécie de "padrão mundial" para o profissionalismo na interpretação e foi adaptado a programas de interpretação em todo o mundo.

Cada carta traz consigo um sistema de métodos e técnicas que um intérprete deve compreender e utilizar para trazer qualidade à sua interpretação:

- **Temático:** É desenvolvido em torno de um tema poderoso, uma ideia principal que organiza e dá sentido a outras informações.
- **Organizado:** a informação é fácil de seguir e processar. A categorização torna mais fácil para as pessoas recordar um processo de comunicação com um número limitado de ideias (aproximadamente 5) relacionadas com o tema principal.
- **Relevante:** tem significado para o destinatário, ou seja, relaciona-se com as suas experiências e conhecimentos.
- **Ameno:** que entretém, prende a atenção e diverte.

2) METODOLOGIAS ATIVAS, CRIATIVAS e EMOCIONAIS

Estas metodologias colocam o estudante no centro do processo e fazem dele o protagonista das descobertas, emoções e experiências, em vez de meros recetores de informação. São propostas estratégias de ensino para uma aprendizagem ativa e emocional que melhoram a compreensão e são eficazes no desenvolvimento de competências cognitivas elevadas.

Estas metodologias serão posteriormente úteis para a prática da transmissão e interpretação do património em atividades turísticas que procuram mostrar ao público locais ou recursos patrimoniais, estabelecendo ligações entre o património (tangível e intangível) e o público visitante.

Tanto as ligações intelectuais como emocionais são essenciais, especialmente para alcançar atitudes empenhadas de apoio dos visitantes no cuidado e conservação do património. É a isto que na publicidade se chama persuasão emocional, "a emissão de sensações que se ligam diretamente às emoções inconscientes" (Joan TORRES, 2007). A Interpretação do Património utiliza estes instrumentos para seduzir, sem renunciar a informar e reforçar o espírito crítico, e para induzir comportamentos a favor da conservação.

Por esta razão, a metodologia que desenvolve técnicas artísticas e criativas (técnicas criativas, sensoriais, sensoriais e mentais) é considerada interessante para que o futuro intérprete possa ser um facilitador de experiências emocionantes, divertidas e agradáveis quando se trata de aproximar os visitantes do meio rural e do seu rico património, alcançando um conhecimento mais profundo e uma ligação emocional real entre o visitante e o local, através de diferentes técnicas artísticas (i.e. cenário, cenografia, música, teatro, criações artísticas, fotografia, literatura, etc.).

Esta é a inovação que este projeto traz, tentando ultrapassar a transmissão do património de uma forma meramente expositiva e informativa, utilizando as capacidades artísticas e emocionais para ultrapassar esta abordagem habitual e criar experiências criativas intensas.



Ao contrário da ideia frequentemente difundida de que a arte ou criatividade não são facilmente aprendidas, acreditamos que a aprendizagem destas técnicas pode e deve ser promovida, e também servir para aumentar a consciência da importância social do desenvolvimento humano através da cultura, do património ou da arte.

Por outro lado, segundo os especialistas em interpretação do património, a disciplina de interpretação deve "estimular as capacidades das pessoas e fomentar o desejo de sentir a beleza do ambiente, elevar o espírito e encorajar a conservação do que é interpretado".

Além disso, quando salientamos a importância da comunicação, estamos a referir-nos a toda a gama de capacidades de comunicação que vão para além de discursos ou explicações magistrais e que muitas vezes dependem da criatividade e da expressão artística.

Metodologia de ensino em formação de interpretação do património

A seguir listamos alguns aspetos importantes a ter em conta em relação à metodologia de ensino na formação em interpretação do património (que segue em grande parte as recomendações apresentadas por Jorge Morales, consultor e formador, especialista em Interpretação do Património):

- As aulas teóricas devem ser ilustradas com exemplos e estudos de caso e apoiadas por slides, PowerPoint e material interpretativo (folhetos, guiões, painéis, etc.).
- Sempre que possível, serão organizados passeios ou excursões práticas para aprendizagem em contacto direto com o ambiente.
- Trabalho prático realizado num local autêntico ou simulado: Identificação e localização de elementos do património cultural rural, interpretação dos mesmos, etc.
- Combinação de aulas teóricas com trabalhos práticos em pequenos grupos, pares ou individualmente, para recolher informações e analisar conceitos. As explicações dos professores devem ser medidas e o processo deve ser o mais agradável e divertido possível.
- Discussão e reunião de informação com o mentor/formador/professor. Partilha do trabalho, com participação e debate entre todos. As tarefas do professor serão orientar, reorientar e recapitular os conceitos analisados e as conclusões tiradas pelos alunos e, se necessário, contrastar com outras abordagens.
- Apresentação teórica de procedimentos e orientações para a conceção de meios e atividades (como conceber uma visita guiada, como conceber um sinal interpretativo, etc.), seguida de trabalho prático, também individualmente, em pares ou em grupo, para a conceção de meios e atividades interpretativas, com base em cenários simulados ou casos reais.
- Visitas e abordagens a casos de interpretação: o trabalho de um intérprete-guia profissional, um percurso autoguiado, um centro de visitantes com exposições ou qualquer outro equipamento de interpretação. Aplicação de "listas de verificação" ou "diretrizes de análise" fornecidas pelo professor para avaliar a adequação do equipamento ou serviço aos critérios profissionais de interpretação.
- Discussões e partilha da análise efetuada durante a visita aos casos.



- Exercícios práticos de conceção interpretativa, implementação e planeamento.
- Aplicação de técnicas de avaliação da interpretação.

A formação presencial em contacto direto com o ambiente é sempre mais aconselhável. No caso de formação não presencial, os exercícios práticos devem ser incluídos nos diferentes módulos de formação e devem ser suficientemente claros para que os formandos sejam capazes de os executar corretamente, incluindo:

- Aulas teóricas com o maior número de exemplos possível.
- Instruções muito claras para os exercícios práticos.
- Apresentação dos resultados. É também importante integrar alguma forma de tutoria personalizada nesta modalidade de aprendizagem não presencial.



4. GLOSSÁRIO



**RURAL
HERITAGE**

4 GLOSSÁRIO

análise das necessidades de formação

Avaliação sistemática das necessidades atuais e futuras de competências em relação às competências disponíveis para implementar uma estratégia de formação eficiente. Comentários:

- A análise das necessidades de formação assenta em:
 - (a) identificação das necessidades em termos de competências;
 - (b) avaliação das competências disponíveis na força de trabalho,e
 - (c) avaliação das lacunas e carências de competências;- a análise das necessidades de formação pode ser realizada a nível individual, organizacional, sectorial, nacional ou internacional; pode centrar-se em aspetos quantitativos ou qualitativos (tais como nível e tipo de formação) e deve assegurar que a formação seja ministrada de forma eficaz e rentável.

Fonte: Cedefop, 2008.

aprendizagem

Processo pelo qual um indivíduo assimila informação, ideias e valores e assim adquire conhecimentos, know-how, aptidões e/ou competências.

Comentário: a aprendizagem ocorre através da reflexão pessoal, reconstrução e interação social. Pode ter lugar em contextos formais, não formais ou informais.

Fonte: Cedefop, 2008.

avaliação dos resultados da aprendizagem

Processo de avaliação dos conhecimentos, know-how, aptidões e/ou competências de resultados de aprendizagem de um indivíduo face a critérios predefinidos (expectativas de aprendizagem, medição dos resultados de aprendizagem). A avaliação é normalmente seguida de certificação.

Comentário: na literatura, "avaliação" refere-se geralmente à avaliação de indivíduos enquanto que "avaliação" é mais frequentemente utilizada para descrever a avaliação de métodos ou prestadores de educação e formação.

Fonte: Cedefop, 2004.

aprendizagem compensatória

Aprendizagem destinada a preencher as lacunas acumuladas pelos indivíduos durante a educação ou formação, principalmente para lhes permitir participar na formação.

Fonte: Cedefop, 2004.



aprendizagem formal

Aprendizagem que ocorre num ambiente organizado e estruturado (tal como numa instituição de ensino ou formação ou no trabalho) e é explicitamente designada como aprendizagem (em termos de objetivos, tempo ou recursos). A aprendizagem formal é intencional do ponto de vista do aprendiz. Conduz tipicamente à certificação.

Fonte: Cedefop, 2008.

aprendizagem informal

Aprendizagem resultante de atividades diárias relacionadas com o trabalho, família ou lazer. Não está organizada ou estruturada em termos de objetivos, tempo ou apoio à aprendizagem. A aprendizagem informal é, na maioria dos casos, não intencional da perspectiva do aprendiz. Comentários:

- os resultados da aprendizagem informal podem ser validados e certificados;
- a aprendizagem informal é também referida como aprendizagem experimental ou acidental/alatório.

Fonte: Cedefop, 2008.

aptidões-chave / competências-chave

Soma das competências (competências básicas e novas competências básicas) necessárias para viver na sociedade contemporânea do conhecimento.

Comentário: na sua recomendação sobre as competências-chave para a aprendizagem ao longo da vida, a Comissão Europeia estabelece oito competências-chave:

- comunicação na língua materna;
- comunicação em línguas estrangeiras;
- competências em matemática, ciência e tecnologia;
- competência digital;
- aprender a aprender;
- competências interpessoais, interculturais e sociais, e competência cívica;
- espírito empresarial;
- expressão cultural.

Fonte: Cedefop, 2004; Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, 2006.

avaliação da educação e formação

Julgamento sobre o valor de uma intervenção, programa de formação ou política com referência a critérios e normas (tais como a sua relevância ou eficiência).

Fonte: Cedefop, 2011.

aprendizagem ao longo da vida

Toda a atividade de aprendizagem empreendida ao longo da vida, que resulta na melhoria dos conhecimentos, know-how, aptidões, competências e/ou qualificações por razões pessoais, sociais e/ou profissionais.



Fonte: Cedefop, 2008.

aprendizagem não formal

Aprendizagem integrada em atividades planeadas não explicitamente designadas como aprendizagem (em termos de objetivos de aprendizagem, tempo de aprendizagem ou apoio à aprendizagem). A aprendizagem não formal é intencional do ponto de vista do aprendiz.

Comentários:

- os resultados da aprendizagem não formal podem ser validados e podem levar à certificação;
- a aprendizagem não-formal é por vezes descrita como aprendizagem semi-estruturada.

Fonte: Cedefop, 2008

46

benefícios da educação e formação

Valor acrescentado socioeconómico da educação e da formação. Comentários:

- os benefícios da educação e da formação podem ser privados, nomeadamente recebidos por pessoas individuais, empresas ou instituições, ou públicos, beneficiando toda uma região, economia ou sociedade;
- os benefícios podem ser monetários (tais como salários) ou socioeconómicos (saúde, bem-estar, coesão social, redução da criminalidade, emprego, produtividade, crescimento).

Fonte: Cedefop.

certificação dos resultados da aprendizagem

Processo de emissão de um certificado, diploma ou título que ateste formalmente que um conjunto de resultados de aprendizagem (conhecimentos, know-how, aptidões e/ou competências) adquiridos por um indivíduo foram avaliados por um organismo competente em relação a uma norma pré-definida.

Fonte: Cedefop, 2008.

competência

Capacidade de aplicar adequadamente os resultados da aprendizagem num contexto definido (educação, trabalho, desenvolvimento pessoal ou profissional).

ou

Capacidade de utilizar conhecimentos, competências e capacidades pessoais, sociais e/ou metodológicas, em situações de trabalho ou de estudo e no desenvolvimento profissional e pessoal. Comentário: a competência não se limita a elementos cognitivos (envolvendo o uso de teoria, conceitos ou conhecimentos tácitos); abrange também aspetos funcionais (incluindo competências técnicas), bem como atributos interpessoais (por exemplo, competências sociais ou organizacionais) e valores éticos.



Fonte: Cedefop; European Parliament and Council of the European Union, 2008.

competência digital / literacia digital

Capacidade de utilizar as tecnologias de informação e comunicação (TIC). Comentário: a competência digital é sustentada por competências básicas em TIC: utilização de computadores para recuperar, avaliar, armazenar, produzir, apresentar e trocar informações, e para comunicar e participar em redes de colaboração através da Internet.

Fonte: Cedefop, 2008; Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, 2006.

competências emergentes/novas

Habilidades para as quais a procura está a aumentar nas ocupações existentes ou novas.

Comentário: a identificação de novas/emergentes necessidades de competências é crucial para prevenir lacunas e carências de competências, fomentar a empregabilidade dos cidadãos e satisfazer as necessidades da economia.

Fonte: Cedefop.

competências verdes

Habilidades necessárias para viver, desenvolver e apoiar uma sociedade que visa reduzir o impacto negativo da atividade humana sobre o ambiente.

Comentários: competências ecológicas genéricas ajudam a desenvolver a sensibilização ou implementação de atividades eficientes em termos de recursos, eco-cidadania, etc.; são necessárias competências ecológicas específicas para implementar normas e processos para proteger os ecossistemas e a biodiversidade, e para reduzir o consumo de energia, materiais e água; são necessárias competências ecológicas altamente especializadas para desenvolver e implementar tecnologias ecológicas, tais como energias renováveis, tratamento de esgotos ou reciclagem.

Fonte: Cedefop.

conhecimento

Resultado da assimilação de informação através da aprendizagem. O conhecimento é o conjunto de factos, princípios, teorias e práticas relacionadas com um campo de estudo ou de trabalho. Comentário: existem numerosas definições de conhecimento. No entanto, as conceções modernas do conhecimento assentam amplamente em várias distinções básicas:

- Aristóteles fez a distinção entre lógica teórica e prática. Em linha com esta distinção, os teóricos modernos (Alexander et al., 1991) distinguem o conhecimento declarativo (teórico) do conhecimento processual (prático). O conhecimento declarativo inclui afirmações sobre acontecimentos específicos, factos e generalizações empíricas, bem como princípios mais profundos
-



sobre a natureza da realidade. O conhecimento processual inclui heurística, métodos, planos, práticas, procedimentos, rotinas, estratégias, tácitas, técnicas e truques (Ohlsson, 1994);

- é possível diferenciar entre formas de conhecimento que representam diferentes formas de aprendizagem sobre o mundo. Foram feitas várias tentativas para compilar tais listas, as seguintes categorias parecem estar frequentemente representadas:
 - conhecimentos objetivos (naturais/científicos), julgados com base na certeza;
 - conhecimento subjetivo (literário/estético), julgado com base na autenticidade;
 - conhecimento moral (humano/normativo), julgado com base na aceitação coletiva (direito/erro);
 - conhecimento religioso/divino julgado por referência a uma autoridade divina (Deus).

Esta compreensão básica do conhecimento sustenta as perguntas que fazemos, os métodos que utilizamos e as respostas que damos na nossa busca de conhecimento;

O conhecimento engloba o conhecimento tácito e explícito. O conhecimento tácito (Polanyi, 1967) é o conhecimento que os aprendentes possuem e que influencia o processamento cognitivo. No entanto, podem não o expressar necessariamente ou estar cientes dele. Conhecimento explícito é o conhecimento de que um aprendente está consciente, incluindo o conhecimento tácito que se converte numa forma explícita ao tornar-se um "objeto de pensamento (Prawat, 1989).

Fonte: Cedefop, 2008; Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, 2008.

currículum

Inventário de atividades relacionadas com a conceção, organização e planeamento de uma ação de educação ou formação, incluindo a definição de objetivos de aprendizagem, conteúdo, métodos (incluindo avaliação) e material, bem como disposições para a formação de professores e formadores.

Comentário: o termo currículo refere-se à conceção, organização e planeamento de atividades de aprendizagem, enquanto o termo programa se refere à implementação destas atividades.

Fonte: Cedefop, 2008; Landsheere, 1979.

competências básicas em tecnologia da informação e da comunicação (TIC)

As competências necessárias para utilizar eficazmente as funções elementares de avaliar, armazenar, produzir, apresentar e trocar informações, e avaliar, armazenar, produzir, apresentar e trocar informações, e para comunicar e participar em redes de colaboração através da Internet.

Comentário: as competências básicas em TIC fazem agora parte das competências-chave/competências-chave.



Fonte: Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia (2006); Cedefop, 2012.

déficé de qualificação

Situação em que um indivíduo não tem o nível de aptidões necessárias para desempenhar adequadamente o seu trabalho.

Comentários:

- as lacunas de competências podem ser analisadas a nível individual (utilizando uma auditoria de competências), a nível de empresa/sector, ou a nível regional, nacional ou internacional;
- as lacunas de competências podem estar ligadas a um nível de qualificação insuficiente; podem também referir-se a situações em que a mão-de-obra tem o nível de qualificação adequado, mas carece de tipos específicos de competências (tais como competências de gestão) ou experiência necessária para desempenhar uma tarefa ou um trabalho de forma adequada.

Fonte: Cedefop, 2010.

desadequação de competências

Situação de desequilíbrio em que o nível ou tipo de competências disponíveis não corresponde às necessidades do mercado de trabalho.

Comentários:

- a desadequação de competências pode ser um excesso ou uma falta de conhecimentos, capacidades e competências;
- a falta de correspondência de competências pode ser analisada a diferentes níveis (individual, empresarial, sectorial, económico);
- os peritos distinguem entre desajustes verticais (o nível de educação/competências é superior ou inferior ao necessário) e horizontais (o nível de educação/competências corresponde aos requisitos do trabalho, mas o tipo de educação/competências é inadequado para o trabalho atual).

Fonte: Cedefop.

educação de adultos

Ensino geral ou profissional ministrado a adultos após a educação e formação inicial para fins profissionais e/ou pessoais, e que tem por objetivo:

- proporcionar educação geral para adultos em tópicos de particular interesse para eles (por exemplo, em universidades abertas);
 - proporcionar aprendizagem compensatória em competências básicas que os indivíduos não podem ter adquirido mais cedo na sua educação ou formação inicial (tais como literacia, aritmética);
 - dar acesso a qualificações não adquiridas, por várias razões, no sistema de educação e formação inicial;
 - adquirir, melhorar ou atualizar conhecimentos, aptidões ou competências num domínio específico: trata-se de educação e formação contínua. Comentário: educação de adultos está próxima, mas não é sinónimo de educação e formação contínuas.
-



Fonte: adaptado da Fundação Europeia para a Formação 1997; Cedefop, 2004.

educação e formação contínua

Educação ou formação após a educação e formação inicial - ou após a entrada na vida ativa com o objetivo de ajudar os indivíduos a fazê-lo:

- melhorar ou atualizar os seus conhecimentos e/ou competências;
- adquirir novas competências para uma mudança ou reconversão profissional;
- continuar o seu desenvolvimento pessoal ou profissional.

Comentário: a educação e a formação contínua fazem parte da aprendizagem ao longo da vida e podem abranger qualquer tipo de educação (geral, especializada ou profissional, formal ou não formal, etc.). É crucial para a empregabilidade dos indivíduos.

Fonte: Cedefop, 2004.

educação e formação à distância

Educação e formação ministrada à distância através de meios de comunicação: livros, rádio, televisão, telefone, correspondência, computador ou vídeo.

Fonte: com base em ILO, 1979.

e-learning

Aprendizagem apoiada por tecnologias de informação e comunicação (TIC). Comentários:

- A aprendizagem eletrónica não se limita à "alfabetização digital" (aquisição de competências TIC). Pode abranger múltiplos formatos e métodos híbridos: utilizando software, Internet, CD-ROM, aprendizagem em linha ou qualquer outro meio eletrónico ou interativo;
- O e-learning pode ser utilizado como ferramenta para a educação e formação à distância, mas também para apoiar a aprendizagem presencial.

Fonte: Cedefop, 2008.

empregabilidade

Combinação de fatores que permitem aos indivíduos progredir ou entrar no emprego, permanecer no emprego e progredir durante as suas carreiras.

Comentário: a empregabilidade dos indivíduos depende:

- atributos pessoais (incluindo a adequação dos conhecimentos e aptidões);
 - de como estes atributos pessoais são apresentados no mercado de trabalho;
 - dos contextos ambientais e sociais (incentivos e oportunidades oferecidas para atualizar e validar os seus conhecimentos e competências); e
 - o contexto económico.
-



Fonte: Cedefop, 2008, adaptado de Scottish Executive, 2007; The Institute for Employment Studies, 2007.

emprego

Conjunto de tarefas e deveres executados, ou destinados a serem executados, por uma pessoa, inclusive para um empregador ou em trabalho independente.

Fonte: ILO, 2008.

ensino e formação profissional (EFP)

Educação e formação que visa equipar as pessoas com conhecimentos, know-how, aptidões e/ou competências necessárias em determinadas profissões ou mais amplamente no mercado de trabalho.

Fonte: adaptado da Fundação Europeia para a Formação, 1997.

equivalência das qualificações

Até que ponto é possível estabelecer a equivalência entre o nível e o conteúdo das qualificações (certificados, diplomas ou títulos) a nível sectorial, regional, nacional ou internacional.

Comentário: a comparabilidade das qualificações melhora a empregabilidade e a mobilidade dos indivíduos. Este termo não deve ser confundido com "equivalência de qualificações" (que se refere à semelhança de valor dos certificados ou diplomas).

Fonte: Cedefop, Bjørnåvold, Tissot, 2000.

europass

Portfólio de cinco documentos que ajudam os cidadãos a comunicar melhor as suas competências e qualificações quando se candidatam a um emprego ou estudo na Europa. O CV Europass e o Passaporte Linguístico são preenchidos pelos próprios cidadãos; os outros três documentos podem ser emitidos aos cidadãos que obtenham uma experiência de mobilidade noutra país europeu (Europass Mobilidade) ou que concluam um programa formal de ensino ou formação profissional (suplemento ao Certificado) ou de ensino superior (suplemento ao Diploma).

Comentário: O Europass promove uma apreciação adequada dos resultados de aprendizagem adquiridos em contextos formais, não formais ou informais.

Fonte: Cedefop.

formador

Qualquer pessoa que cumpra uma ou mais atividades ligadas à função de formação (teórica ou prática), quer numa instituição de ensino ou formação, quer no local de trabalho. Comentários:

- duas categorias de formadores podem ser distinguidas:
 - os formadores profissionais são especialistas em formação cuja função pode coincidir com a do professor num estabelecimento de formação profissional;
 - os formadores a tempo parcial ou ocasionais são profissionais de várias áreas que assumem, nas suas funções normais,
-



atividade de formação a tempo parcial, quer na empresa (como mentores e tutores de recutas e aprendizes ou como prestadores de formação), quer externamente (oferecendo ocasionalmente os seus serviços num estabelecimento de formação);

- os formadores podem desempenhar várias tarefas:
 - conceber atividades de formação;
 - organizar e implementar estas atividades;
 - fornecer a formação propriamente dita (transferência de conhecimentos, know-how e competências);
 - ajudar os aprendizes a desenvolver as suas competências, fornecendo-lhes conselhos, instruções e comentários durante todo o processo de aprendizagem.

Fonte: Cedefop, 2004; AFPA 1992.

necessidades de competências

Procura de tipos particulares de conhecimentos e competências no mercado de trabalho (procura total dentro de um país ou região, sector económico, etc.).

Comentários: a análise das necessidades de competências (também referida como identificação das necessidades de competências) visa identificar lacunas e carências de competências, antecipar as necessidades de competências e avaliar a capacidade dos sistemas de qualificação (oferta de educação e formação, esquemas de financiamento, etc.) para satisfazer as necessidades da economia; a antecipação das necessidades de competências é o processo de identificação das competências de que a economia necessitará a curto, médio ou longo prazo; a previsão das competências estima a procura de competências (empregos) e/ou a oferta de competências (força de trabalho) que estarão disponíveis a curto, médio ou longo prazo.

Fonte: Cedefop, 2010.

nível de qualificação

O termo cobre dois aspetos: Nível de instrução e formação formal, reconhecido num sistema de qualificação ou num quadro de qualificação.

ou

Nível de proficiência adquirido através da educação e formação, experiência de trabalho ou em contextos não formais/informais/definidos.

Comentários:

- O nível de qualificação é frequentemente determinado pelo que é esperado nos sistemas de qualificação ou pelos descritores de nível dos quadros de qualificações;
- também pode ser determinado por um perfil profissional (por exemplo, descrição dos resultados de aprendizagem necessários para executar as tarefas inerentes a um trabalho a um nível específico de responsabilidade e autonomia).



Fonte: Cedefop.

normas

Série de elementos cujo conteúdo é definido pelos atores envolvidos.

Comentários: É possível distinguir entre vários tipos de normas:

- norma de competência refere-se aos conhecimentos, aptidões e/ou competências ligadas à prática de um trabalho;
- norma educativa refere-se a declarações de objetivos de aprendizagem, conteúdo dos currículos, requisitos de entrada, bem como recursos necessários para cumprir os objetivos de aprendizagem;
- norma ocupacional refere-se às declarações das atividades e tarefas relacionadas com um trabalho específico e com a sua prática;
- norma de avaliação refere-se às declarações sobre os resultados da aprendizagem a avaliar e a metodologia utilizada;
- norma de validação refere-se às declarações do nível de realização a ser alcançado pela pessoa avaliada, e à metodologia utilizada;
- norma de certificação refere-se a declarações sobre as regras aplicáveis à obtenção de um certificado ou diploma, bem como sobre os direitos conferidos. De acordo com o sistema, estas normas podem ser definidas separadamente ou fazer parte de um documento.

Fonte: Cedefop, 2008.

organismo de adjudicação

Um organismo que emite qualificações (certificados, diplomas ou títulos) que reconhece formalmente os resultados da aprendizagem (conhecimentos, aptidões e/ou competências) de um indivíduo, na sequência de um procedimento de avaliação.

Fonte: Cedefop, 2008.

parceiros sociais

Associações patronais e sindicatos que formam os dois lados do diálogo social. Comentários:

- o conceito de "parceiro social" tem origem em França e na Alemanha e foi subseqüentemente retomado nos círculos da UE;
- o diálogo social tripartido também envolve autoridades públicas e/ou representantes da sociedade civil, ONG, etc..

Fonte: Cedefop, 2008.

planeamento e conceção de cursos de formação

Conjunto de atividades metodológicas consistentes empregadas na conceção e planeamento de iniciativas e esquemas de formação em função dos objetivos estabelecidos.

Comentário: o planeamento e conceção de cursos de formação inclui a análise da procura e necessidades de formação, conceção



de projetos, coordenação e monitorização da implementação, assim como a avaliação do impacto da formação.

Fonte: baseado em Le Préau, 2002.

**prestador
ensino
formação**

**de
ou** Qualquer organização ou indivíduo que preste serviços de educação ou formação.

Comentário: os prestadores de educação e formação podem ser organizações especificamente criadas para este fim, ou podem ser outros organismos, tais como empregadores que prestam formação como parte das suas atividades empresariais. Os prestadores de formação incluem também indivíduos independentes que oferecem serviços.

Fonte: Cedefop, 2008.

professor

Pessoa cuja função é transmitir conhecimentos, know-how ou competências aos alunos de uma instituição de ensino ou formação.

Comentário: um professor pode desempenhar várias tarefas, tais como organizar e realizar programas/cursos de formação e transmitir conhecimentos, sejam eles genéricos ou específicos, teóricos ou práticos. Um professor de uma instituição orientada para a vocação pode ser referido como "formador".

Fonte: Cedefop, 2004; AFPA 1992.

**quadro europeu
de qualificações
para a
aprendizagem ao
longo da vida
(EQF)**

Ferramenta de referência para descrever e comparar níveis de qualificação em sistemas de qualificação desenvolvidos a nível nacional, internacional ou sectorial.

Comentário: os principais componentes do QEQ são um conjunto de oito níveis de referência descritos em termos de resultados de aprendizagem (uma combinação de conhecimentos, aptidões e/ou competências) e mecanismos e princípios de cooperação voluntária. Os oito níveis abrangem todo o leque de qualificações, desde os que reconhecem conhecimentos, aptidões e competências básicas até aos que são atribuídos ao mais alto nível de ensino e formação académica, profissional e vocacional. O EQF é um dispositivo de tradução para sistemas de qualificação.

Fonte: Baseado no Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, 2008.

qualificação

A qualificação abrange diferentes aspetos:

- Qualificação formal: o resultado formal (certificado, diploma ou título) de um processo de avaliação que é obtido quando um organismo competente determina que um indivíduo alcançou resultados de aprendizagem de acordo com determinadas normas e/ou possui a competência necessária para realizar um trabalho numa área de trabalho específica. Uma qualificação
-



confere o reconhecimento oficial do valor dos resultados de aprendizagem no mercado de trabalho e na educação e formação. Uma qualificação pode ser um direito legal para praticar uma profissão (OCDE);

- Requisitos do trabalho: conhecimentos, aptidões e competências necessárias para executar tarefas específicas ligadas a um determinado posto de trabalho (OIT).

Fonte: Cedefop, 2008, baseado em Eurydice, 2006; Fundação Europeia para a Formação, 1997; OECD, 2007; ILO, 1998.

quadro de qualificações

Instrumento de desenvolvimento e classificação de qualificações (a nível nacional ou sectorial) de acordo com um conjunto de critérios (utilizando descritores) aplicáveis a níveis específicos de resultados de aprendizagem.

ou

Instrumento de classificação das qualificações de acordo com um conjunto de critérios para níveis específicos de aprendizagem alcançados, que visa integrar e coordenar subsistemas de qualificações e melhorar a transparência, acesso, progressão e qualidade das qualificações em relação ao mercado de trabalho e à sociedade civil.

Comentário: Um quadro de qualificação pode ser utilizado para:

- estabelecer normas nacionais de conhecimentos, aptidões e competências; promover a qualidade da educação;
- proporcionar um sistema de coordenação e/ou integração de qualificações e permitir a comparação de qualificações, relacionando as qualificações umas com as outras;
- promover o acesso à aprendizagem, a transferência dos resultados da aprendizagem e a progressão na aprendizagem.

Fonte: Cedefop, 2008; Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, 2008; OECD, 2007.

reconhecimento dos resultados da aprendizagem

Reconhecimento formal: processo de atribuição do estatuto oficial aos conhecimentos, aptidões e competências, quer através:

- validação da aprendizagem não formal e informal;
- concessão de equivalência, unidades de crédito ou renúncias;
- atribuição de qualificações (certificados, diploma ou título).

e/ou

Reconhecimento social: reconhecimento do valor dos conhecimentos, aptidões e/ou competências pelos agentes económicos e sociais.

Fonte: Cedefop, 2008.

resultados da aprendizagem /

Conjunto de conhecimentos, aptidões e/ou competências que um indivíduo adquiriu e/ou é capaz de demonstrar após a conclusão de um processo de aprendizagem, quer formal, não formal ou informal.



resultados da aprendizagem

Declarações sobre o que um aprendiz sabe, compreende e é capaz de fazer após a conclusão de um processo de aprendizagem, que são definidas em termos de conhecimentos, aptidões e competências.

Fonte: Cedefop, 2008; Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, 2008.

sistema de créditos

Um instrumento concebido para permitir a acumulação de resultados de aprendizagem obtidos em cenários formais, não formais e/ou informais, e facilitar a sua transferência de um cenário para outro para validação. Um sistema de créditos pode ser concebido através da descrição:

- um programa de educação ou formação e anexando pontos (créditos) aos seus componentes (módulos, cursos, estágios, trabalhos de dissertação, etc.); ou
- uma qualificação utilizando unidades de resultados de aprendizagem e atribuindo pontos de crédito a cada unidade.

Fonte: Cedefop, 2008.

setor

Grupo de empresas com a mesma atividade económica principal (como os produtos químicos).

ou

Agrupamento de atividades profissionais com base na sua principal função económica, produto, serviço ou tecnologia.

Fonte: Cedefop, 2008; Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, 2008.

sistema europeu de crédito para o ensino e formação profissional (ECVET)

Quadro técnico para transferência, validação e, quando apropriado, acumulação de resultados de aprendizagem por indivíduos, para alcançar uma qualificação. As ferramentas e metodologia ECVET compreendem uma descrição das qualificações em unidades de resultados de aprendizagem com pontos associados, um processo de transferência e acumulação e documentos complementares tais como acordos de aprendizagem, transcrições de registos e guias dos utilizadores do ECVET.

Comentários:

- Este quadro tem como objetivo promover:
 - a mobilidade das pessoas em formação;
 - acumulação, transferência e validação de resultados de aprendizagem (formais, não formais ou informais) adquiridos em diferentes países;
 - implementação da aprendizagem ao longo da vida;



-
- a transparência das qualificações;
 - confiança comum e cooperação entre os prestadores de formação e educação profissional na Europa.
 - O ECVET baseia-se na descrição das qualificações em termos de resultados de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e/ou competências), organizados em unidades de aprendizagem transferíveis e acumuláveis, às quais são atribuídos pontos de crédito e registados numa transcrição pessoal dos resultados de aprendizagem.

Fonte: Cedefop; Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, 2009a

unidade de resultados de aprendizagem (ECVET)

Componente de uma qualificação, constituída por um conjunto coerente de resultados (ECVET) conhecimentos, aptidões e competências, que podem ser avaliados e validados;

ou

Conjunto de conhecimentos, aptidões, e/ou competências que constituem uma parte coerente de uma qualificação. Uma unidade pode ser a parte mais pequena de uma qualificação que pode ser avaliada, transferida e, possivelmente, certificada. Pode ser específica a uma única qualificação ou comum a várias qualificações.

Comentário: as características das unidades (conteúdo, dimensão, número total de unidades que compõem uma qualificação, etc.) são definidas pelo organismo competente responsável pela qualificação ao nível adequado. A definição e descrição das unidades pode variar de acordo com o sistema e procedimentos de qualificação do organismo competente. No entanto, o sistema ECVET propõe-se prever para cada unidade:

- o seu título genérico;
- os conhecimentos, aptidões e competências contidas no mesmo;
- os critérios de avaliação dos resultados de aprendizagem correspondentes.

Fonte: Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, 2009a; Cedefop, 2008.

validação dos resultados da aprendizagem

Confirmação por um organismo competente de que os resultados da aprendizagem (conhecimentos, aptidões e/ou competências) adquiridos por um indivíduo num contexto formal, não formal ou informal foram avaliados em relação a critérios pré-definidos e estão em conformidade com os requisitos de uma norma de validação. A validação conduz tipicamente à certificação.

ou

Processo de confirmação por um organismo autorizado de que um indivíduo adquiriu resultados de aprendizagem medidos em relação



a um padrão relevante. A validação consiste em quatro fases distintas:

- identificação através do diálogo de experiências particulares de um indivíduo;
- documentação para tornar visíveis as experiências do indivíduo;
- avaliação formal dessas experiências; e
- certificação dos resultados da avaliação que podem levar a uma qualificação parcial ou total.

Fonte: Cedefop, 2008; Conselho da União Europeia, 2012.

CEDEFOP (Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional). 2014. Terminologia da política europeia de educação e formação: Uma seleção de 130 termos-chave (2. ed). Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia. Obtido em: <https://www.cedefop.europa.eu/en/publications-and-resources/publications/4117>

Aviso: O glossário Terminologia da Política Europeia de Educação e Formação: foi utilizada uma selecção de 130 termos-chave (2ª edição) para determinar a terminologia que seria utilizada nos resultados do projecto do Património Rural.



Project RURAL HERITAGE: Training plan on European cultural heritage interpreter in rural areas. Project ERASMUS+: 2020-1-ES01-KA202-082577



Co-funded by the
Erasmus+ Programme
of the European Union



O apoio da Comissão Europeia à produção desta publicação não constitui um aval do seu conteúdo, que reflete unicamente o ponto de vista dos autores, e a Comissão não pode ser considerada responsável por eventuais utilizações que possam ser feitas com as informações nela contidas.